

Fundada em 23 de fevereiro de 1961 pelo engenheiro José Corgosinho de Carvalho Filho, a FERBASA iniciou suas atividades no município de Campo Formoso (BA), no ramo de mineração, com o objetivo de produzir minério de cromo para o abastecimento da indústria nacional. Em 21 de julho de 1963, entrou em operação o parque industrial metalúrgico da FERBASA, na cidade de Pojuca (BA), com o objetivo de produzir Ferrocromo, destinado ao abastecimento da indústria siderúrgica, como matéria-prima indispensável na fabricação de aços especiais e inoxidáveis.

Atualmente a FERBASA exerce atividades nas áreas de mineração, metalurgia, geração de energia elétrica renovável e produção florestal. Através de um trabalho sólido, tornou-se referência nacional em produção de ferroligas.

Única produtora integrada de ferrocromo das Américas, a FERBASA possui como principais produtos de seu portfólio as ligas de ferrocromo alto carbono (FeCrAC), ferrocromo baixo carbono (FeCrBC), ferrossilício (FeSi75) e ferrossilício cromo (FeSiCr). Detentora de 95% dos recursos nacionais de cromita, a FERBASA se destaca pela postura ativa adotada no campo da responsabilidade socioambiental, ao se manter diligente no papel incentivador do progresso das regiões do entorno das suas unidades. Para isso, investe nas ações que integram sua agenda social e ampara-se em uma rigorosa gestão dos impactos ambientais decorrentes de suas operações.

Ao assumir como valores a sustentabilidade e a valorização da vida, a Companhia impõe a si mesma a necessidade de uma gestão fortemente dedicada às questões sociais e ambientais, cuja atuação tem gerado impactos positivos e reconhecimento a muitas das medidas adotadas, a exemplo da recuperação de áreas exploradas com espécies nativas, em seus dois grupamentos mineiros, ambos situados na região Centro-Norte da Bahia. Essas unidades de mineração englobam a mina de Pedrinhas, em Campo Formoso/BA, local onde iniciou suas atividades, em 1961 e que funciona com o método de lavra a céu aberto; e a mina de Ipueira, situada no município de Andorinha/BA, que opera com lavra subterrânea, sendo considerada uma das minas mais modernas do País, em termos de tecnologia e segurança. Nesse contexto, é importante ressaltar que o monitoramento das barragens da Companhia é pautado em uma gestão permanente de diagnósticos, focada na minimização dos riscos envolvidos, em todos os processos relacionados.

Além dos dois grupamentos mineiros, a Companhia conta também com uma planta voltada à produção de cal virgem e mais duas minas de quartzo na região Nordeste do Estado, cujos produtos são destinados, em grande parte, à Unidade Metalúrgica localizado em Pojuca/BA, onde estão instalados 14 fornos elétricos destinados à produção de ligas de cromo e silício, que são comercializadas nos mercados interno e externo (principalmente Japão, Estados Unidos e União Europeia). O processo de produção das ligas possui fornos equipados com filtros de manga, tecnologia desenvolvida com a função de neutralizar o lançamento de material particulado na atmosfera. O FeSi75 se destaca por registrar emissões neutras de CO₂ em seu processo integrado de fabricação. Ressalte-se que, em 1986, teve início a produção de Ferrossilício, que viabilizou à Companhia, em 1994, a constituição de uma joint venture, em conjunto com as empresas japonesas Marubeni e JMC, para produzir liga de alta pureza, indispensável à produção de aço eletromagnético (silicioso), amplamente usadas no processo produtivo dos núcleos de grandes transformadores e geradores, além dos demais produtos de aços especiais empregados na fabricação de motores elétricos para carros híbridos e linha branca. A unidade mantém seus processos dentro de elevados padrões de qualidade, segurança e ambiental, mediante a realização de investimentos consistentes em projetos voltados à mitigação dos impactos derivados de suas operações.

Com relação às atividades florestais, a Companhia dispõe de uma área total de aproximadamente 64 mil hectares, dos quais 25 mil são plantados com florestas de eucalipto. A manutenção de 45% das reservas de mata nativa, incluindo reserva legal, áreas de preservação permanente – reservas associadas às nascentes, margens de rios e taludes acentuados, excedem o limite mínimo de 20%

estabelecido pela legislação. Esse ativo florestal também engloba a manutenção de áreas averbadas como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Em dezembro de 2023 celebrou com a APERAM INOX AMÉRICA DO SUL S.A. a constituição da sociedade limitada BAHIA MINAS BIOENERGIA LTDA., da qual participa com 51% de capital social, sediada no estado de Minas Gerais, com o propósito específico de realizar a aquisição de imóveis rurais para exploração da cultura de eucalipto e outras espécies florestais equivalentes, além de ampliar sua competitividade no setor florestal e assegurar o suprimento de redutor renovável, através de um contrato de fornecimento de carvão, num prazo de 35 anos, com a APERAM BIOENERGIA LTDA. contemplando um volume mínimo de 20 mil toneladas anuais a partir de 2024.

Ainda sobre os recursos renováveis, o Complexo Eólico BW Guirapá, adquirido em 2018 pela FERBASA, tem sua geração de energia elétrica integralmente destinada ao Ambiente de Contratação Regulado (ACR), conforme PPA de 20 anos firmado por meio do Leilão de Energia de Reserva, realizado em 2011 e que se encerrará em 2036, cujas renovações tarifárias anuais estão previstas para julho de cada ano. Pelas características sazonais do modelo de negócio, a cada quatro anos, no mesmo período de renovação da tarifa, o Governo reajusta também a garantia física do contrato, aproximando-o da realidade de produção do Parque. Atualmente, a garantia física é de 73,5MW para o quinquênio 2022 e 2026.

Em fevereiro de 2024 a FERBASA assinou o Termo de Fechamento do Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 45% de participação na Sociedade NK 232 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., uma empresa do grupo AUREN ENERGIA S.A. Esta Sociedade tem por objetivo explorar os parques eólicos Ventos de São Ciro (localizado no Piauí) e Ventos de São Bernardo (localizado em Pernambuco), e possibilitar à Cia. consumir, sob o regime de autoprodução por equiparação (APE), a energia elétrica gerada nos mencionados parques. Deste modo, firmamos simultaneamente os Contratos de Compra e Venda de Energia (PPA) com os Parques Eólicos citados, que proporcionarão para a Companhia o suprimento de 35MW médios de energia elétrica, durante 20 anos, com início de fornecimento a partir de 2025.

Promovendo a continuidade do desenvolvimento de parceria comercial na Colômbia para suprimento de coque metalúrgico, a FERBASA obteve o deferimento, em 2021, da Câmara de Registro de Comércio da Colômbia para a abertura de uma subsidiária integral na cidade de Bogotá, que tem como objetivo viabilizar a fabricação e comercialização de diferentes tipos de ferro e ligas de ferro, pesquisa e exploração de jazidas minerais, produção e comercialização nacional e internacional de carvão e coque, bem como a realização de qualquer atividade lícita.

Ademais, destacamos a peculiar e grata condição da Companhia ter como acionista controladora uma entidade filantrópica, a qual beneficia, diretamente, cerca de 4.000 crianças e adolescentes em suas 6 escolas próprias, dedicadas ao Ensino Infantil, Fundamental e Médio. Adicionalmente, mantém Programas Socioeducativos voltados a atividades de musicalização, esportes e reforço escolar, que atende a um público infanto juvenil de, aproximadamente, 300 participantes. Este trabalho iniciou-se em 1975, quando o fundador da FERBASA, José Corgosinho de Carvalho Filho, debruçado sobre a urgência de desenvolvimento de ações patrocinadoras de melhoria da qualidade da educação no País, decidiu doar grande parte das ações que possuía da Companhia à Fundação José Carvalho, como meio de garantir a sustentabilidade da Instituição.

A FERBASA tem por objetivo:

A fabricação e comercialização dos diversos tipos de ferroligas, cada uma com sua característica e mercado de atuação específico. São elas:

Ferrocromo Alto Carbono (FeCrAC) - Este produto é uma liga de ferro, cromo, silício e outros elementos. Como elemento liga, o Ferrocromo Alto Carbono ou Charge Chrome é usado na fabricação de um grande número de tipos de aço e ligas especiais. Tem como característica básica o carbono acima de 4%. As principais utilizações ocorrem na produção de aço resistentes à corrosão, na produção de aços de alta resistividade elétrica, aços alta liga (indústria de automóvel), anti-oxidação e principalmente na produção de aços inoxidáveis.

Ferrocromo Baixo Carbono (FeCrBC) - Este produto é uma liga de ferro, cromo, silício e carbono com teor máximo de 0,15%. É usado durante a produção de aços para corrigir os teores de cromo, sem provocar variações indesejáveis no teor de carbono. A sua utilização industrial é a mesma do FeCrAC, ou seja, na produção de aços especiais e inoxidáveis, com larga aplicação nas indústrias de bens de consumo.

Ferrossilício Cromo (FeSiCr) - Este produto é uma liga de ferro, cromo, silício e outros elementos. Sua aplicação é ser o principal insumo na produção de Ferrocromo Baixo Carbono.

Ferrossilício 75 (FeSi 75) - O FeSi 75 é produzido a partir do quartzo de alta pureza, carvão vegetal, minério de ferro, carepa e sucata. O FeSi 75 Standard é utilizado na produção de aços como desoxidante e elemento de liga. Na indústria de fundição, como agente grafitizante. O FeSi 75 Alta Pureza (HP) compõe a fabricação de aços destinados à manufatura de transformadores, usinas hidrelétricas, freezer, compressores herméticos para geladeiras e outros.

Suas controladas:

- Silício de Alta Pureza da Bahia S.A.

A Silbasa é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca/BA, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferro silício de alta pureza e similares, outras atividades afins e correlatas que sejam consideradas de interesse da Companhia, por decisão da Assembleia Geral. Seu prazo de duração é indeterminado. Desde janeiro de 2004 arrendou suas instalações industriais à Companhia, cujo contrato de arrendamento é renovado anualmente.

- Mineração Vale do Jacurici S.A.

A Jacurici é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra de substâncias minerais, preferencialmente de cromo; beneficiamento, comercialização e exportação de minérios, notadamente o cromo; outras quaisquer atividades afins ou correlatas com os seus objetivos essenciais, e que, a juízo de sua diretoria executiva sejam consideradas de interesse da mesma. Desde novembro de 1997, arrendou por prazo indeterminado à Companhia, seu grupamento mineiro, dando o direito de exploração econômica de 15 minas de cromo, bem como, de utilização das instalações, edificações, imóveis, engenhos, máquinas e veículos destinados à lavra.

- Reflora - Reflorestadora e Agrícola S.A.

Tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de florestamento e/ou reflorestamento, bem como, a produção de carvão vegetal, em conformidade com a legislação brasileira que regula a espécie. Desde novembro de 1997 a Reflora encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

- Indústria de Minérios Damacal Ltda.

Tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas minerais em todo o território nacional, beneficiamento, industrialização e comercialização de minérios, inclusive importação e exportação, comercialização e representação de minérios, bem como, a participação em outras Companhias como quotista ou acionista. A Companhia poderá ainda dedicar-se a atividades de reflorestamento, silvicultura e fabricação de carvão vegetal, para consumo próprio ou comercialização, obedecendo as disposições legais pertinentes. Desde novembro de 1997 a Damacal encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

- BW Guirapa ("BW")

Tem como objeto social a participação como detentora de 100% (cem por cento) do capital social das seguintes sociedades ("Controladas"): Central Eólica Angical S.A., Central Eólica Caititu S.A., Central Eólica Coqueirinho S.A., Central Eólica Corrupião S.A., Central Eólica Inhambu SA, Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. e Central Eólica Teiú S.A. O objeto social das controladas consiste: (i) o desenvolvimento, a implantação e exploração da Central Geradora Eólica, no Estado da Bahia, na forma de Produtor Independente de Energia Elétrica ("Central Eólica"); (ii) a comercialização da energia elétrica gerada pela Central Eólica; e (iii) a realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto.

A BW Guirapa foi definitivamente adquirida em 02/04/2018, conforme Fato Relevante divulgado nessa data, na forma adiante exposta: "A CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA S.A. (B3: FESA3 / FESA4) ("FERBASA" ou "Companhia"), em observância aos termos do artigo 157, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das S.A."), e do artigo 2 da Instrução CVM n.º 358/2002, e em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados em 27 de outubro de 2017 e 22 de dezembro de 2017, informa que, nesta data, foi implementado o fechamento da operação referenciada no contrato de compra e venda de ações celebrado em 22 de dezembro de 2017, pelo Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander") e a Brazil Wind S.A. ("Brazil Wind" e, em conjunto com o Santander, "Vendedores") e pela Companhia, resultando, portanto, na aquisição direta, pela Companhia, de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A., anteriormente detidas pelos Vendedores, e, na aquisição indireta das seguintes sociedades de propósito específico: (i) Central Eólica Angical S.A.; (ii) Central Eólica Caititu S.A.; (iii) Central Eólica Coqueirinho S.A.; (iv) Central Eólica Corrupião S.A.; (v) Central Eólica Inhambu S.A.; (vi) Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.; e (vii) Central Eólica Teiú S.A."

- Ferbasa & CO S.A.S

Promovendo a continuidade do desenvolvimento de parceria comercial na Colômbia para suprimento de coque metalúrgico, em 12 de março de 2021, a FERBASA obteve o deferimento da Câmara de Registro de Comércio da Colômbia para a abertura de uma subsidiária integral na cidade de Bogotá.

A sociedade colombiana tem como objeto constituir e fazer parte de sociedades de todo tipo, incluindo empresas unipessoais, assim como abrir sucursais e agências que sejam necessárias para o adequado desenvolvimento de seu objeto social; fabricação e comercialização de diferentes tipos de ferro e ligas de ferro, pesquisa e exploração de jazidas minerais, produção e comercialização nacional e internacional de carvão e coque, bem como a realização de qualquer atividade lícita.

E coligada:

- Bahia Minas Bioenergia LTDA

A FERBASA, em dezembro de 2023, celebrou com a APERAM INOX AMÉRICA DO SUL S.A. a constituição da sociedade limitada BAHIA MINAS BIOENERGIA LTDA., sediada no estado de Minas Gerais, cujo objeto específico é o de realizar a aquisição de imóveis rurais para exploração da cultura de eucalipto e outras espécies florestais equivalentes, além de ampliar sua competitividade no setor florestal e assegurar o suprimento de redutor renovável, através de um contrato de fornecimento de carvão, com prazo de 35 anos a APERAM BIOENERGIA LTDA. contemplando um volume mínimo de 20 mil toneladas anuais a partir de 2024.

A gestão das operações é realizada pela diretoria executiva, capitaneada pelo diretor presidente, para cumprimento das diretrizes estabelecidas no orçamento operacional e de investimento da Companhia, os quais são anualmente aprovados pelo Conselho de Administração. A Companhia procedeu a segmentação de sua estrutura operacional, que é verticalizada, levando em conta os produtos que foram comercializados:

- Segmento de ferroligas - envolve as operações de ferroligas de ferrocromo alto carbono, ferrocromo baixo carbono e ferrosilício cromo, ferrosilício 75 especial e o silício 75 “standard”.
- Segmento energia eólica – envolve as operações da subsidiária BW Guirapá.
- Outros segmentos incluem - atividade florestal, com venda de madeira em pé e o biorredutor proveniente destas florestas e atividades de mineração com venda de minério de cromo, areia de cromita, cal virgem e cal hidratada.

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização, pela administração da Companhia, dos referidos dados de forma segmentada, pois eles são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

	Consolidado							
	Ferroligas		Energia eólica		Outros segmentos		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Vendas líquidas</u>								
Mercado interno	981.810	1.091.228	94.105	117.807	57.718	60.003	1.133.633	1.269.038
Mercado externo	1.103.071	1.166.097	-	-	-	-	1.103.071	1.166.097
	<u>2.084.881</u>	<u>2.257.325</u>	<u>94.105</u>	<u>117.807</u>	<u>57.718</u>	<u>60.003</u>	<u>2.236.704</u>	<u>2.435.135</u>
Custo dos produtos vendidos	(1.628.509)	(1.746.511)	(97.313)	(85.054)	(114.304)	(69.641)	(1.840.126)	(1.901.206)
Varição do valor justo dos ativos biológicos	-	-	-	-	74.626	71.728	74.626	71.728
	<u>456.372</u>	<u>510.814</u>	<u>(3.208)</u>	<u>32.753</u>	<u>18.040</u>	<u>62.090</u>	<u>471.204</u>	<u>605.657</u>
Despesas operacionais	(282.342)	(296.607)	(9.117)	2.565	(7.816)	(7.884)	(299.275)	(301.926)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>1740.030</u>	<u>214.207</u>	<u>(12.325)</u>	<u>35.318</u>	<u>10.224</u>	<u>54.206</u>	<u>171.929</u>	<u>303.731</u>
<u>Vendas de produtos (toneladas)</u>								
Mercado interno	131.728	143.652						
Mercado externo	136.895	129.997						
	<u>268.623</u>	<u>273.649</u>						

Características do processo de produção

O processo de fabricação de ferroligas, tradicionalmente usa fornos elétricos a arco trifásico, visando a obter a redução química do minério e consequentemente a liga. Os processos de produção de ferroligas são eletrointensivos, com a energia elétrica respondendo pela quase totalidade do calor necessário para aquecimento da carga dos fornos até a temperatura necessária para que as reações químicas possam ocorrer de forma satisfatória.

Na produção de ferroligas, usamos matérias-primas que podem ser classificadas genericamente nos seguintes grupos:

Minérios – fonte de metais. Este material pode ser usado na forma de granulado (lump) e fino (concentrado);

Redutor – fonte de elemento químico responsável por absorver o oxigênio do minério, liberando o metal. O redutor é um produto a base de carbono, sendo os mais usados em metalurgia o carvão vegetal, antracito e coque metalúrgico (coque de hulha); o que não impede o uso de outros materiais a base de carbono, desde que seja econômico o seu uso. Algumas ferroligas, podem utilizar outros redutores diferentes do Carbono, como o FeCr Baixo Carbono que utiliza o elemento Silício contido no FeSiCr para as reações de redução;

Fundente – fonte de substâncias químicas que combinam com a ganga do minério contribuindo para baixar a temperatura de fusão do material formado que é a escória.

Descrição dos processos de produção por produto

1. Produção das ligas de FeCrAC (FERROCROMO ALTO CARBONO)

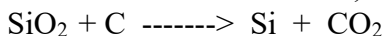
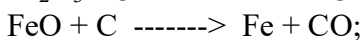
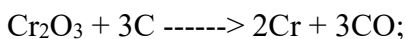
Matéria-prima: Minério de Cromo: O minério de cromo é constituído dos seguintes elementos Úteis: Cr₂O₃ e FeO; e ganga formada de: SiO₂, Al₂O₃, MgO, CaO e P.

Redutor: o elemento químico redutor é o carbono que tem como fontes mais usadas o coque metalúrgico e o carvão vegetal.

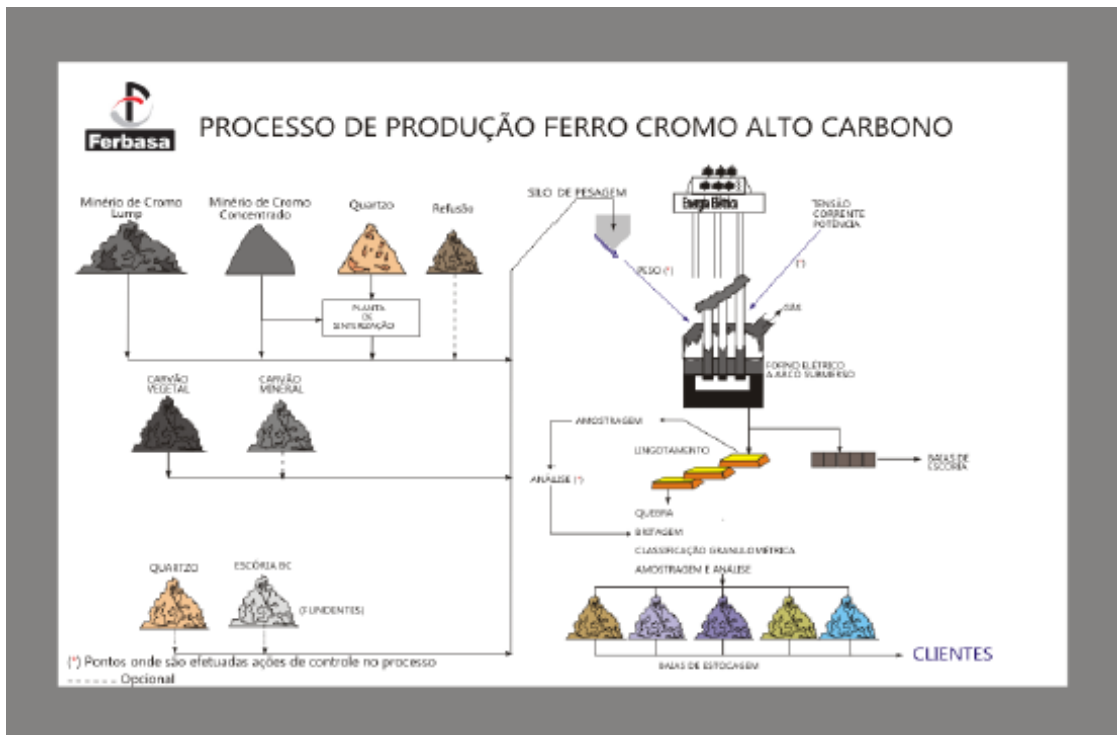
Reações de redução: As matérias-primas são carregadas em um forno de redução a arco-submerso, e utilizando de um processo de eletrofusão, o minério (Cr₂O₃ e FeO) e parte do SiO₂ reagem com o carbono dos redutores, obtendo a liga, contendo Cr, Fe, Si, C e P, denominada FeCrAC (Ferrocromo Alto Carbono). Os materiais produzidos são extraídos dos fornos em bateladas.

A liga de FeCrAC e a escória são produzidas no interior dos fornos, simultaneamente. A liga é moldada numa área específica, sendo resfriada, cominuída (britada) e classificada de acordo com especificação do cliente.

As principais reações descritas no processo podem ser indicadas abaixo:



Abaixo está o fluxograma ilustrativo:



Composição típica da liga: A composição típica da liga de Ferrocromo Alto Carbono (FeCrAC) está representada abaixo:

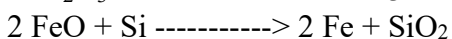
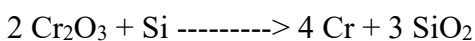
Cr.. 50,0 % min. C.. 6,0 / 9,0% % Si.. 5,0% max. P.. 0,035% max. S.. 0,025% max.

2. Produção das ligas de FeCrBC (FERROCROMO BAIXO CARBONO)

Matéria-prima: Minério de Cromo: encontra-se na forma de concentrado (< 2 mm) úmido. Para sua utilização o concentrado deverá ser seco (máximo de 1% de umidade); Cal Virgem: Utilizada como fundente do minério de cromo, um alto teor de CaO é desejável para assegurar uma dissolução fácil e um baixo consumo de energia. Granulometria de trabalho 20 a 30 mm; Ferrossilício Cromo: Adicionado após a fusão da mistura de cal + minério de cromo. Granulometria de trabalho 15 a 20 mm. Funciona como redutor na fabricação de FeCr BC. (Verificar Item 3. Processo de Produção de FeSiCr).

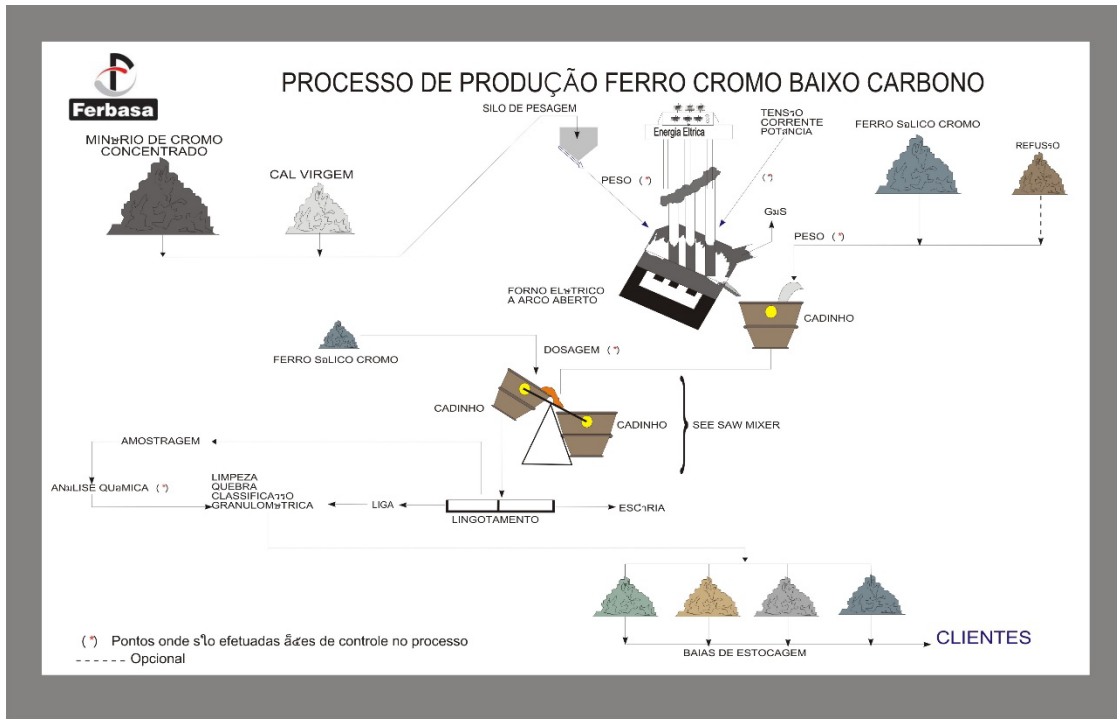
Fusão da matéria-prima: A fusão da mistura minério de cromo e cal ocorre em um forno elétrico a arco aberto. Após o forno ser devidamente abastecido, tem-se como meta obter certa quantidade de lava (mistura fundida) por corrida. Conforme fluxograma ilustrativo que segue abaixo.

Reação - Adição de FeSiCr: Com a mistura devidamente fundida com boa temperatura e fluidez, a lava é vertida em uma panela com revestimento refratário a base de Cromo e Magnésio. Após o basculamento adiciona-se FeSiCr através de um tubo de carga móvel. O Si é o redutor dos óxidos do minério de cromo mediante as seguintes reações:



A sílica formada segue quase totalmente para a escória, enquanto o Cr e o Fe combinam entre si para formar a liga FeCr BC.

Abaixo está o fluxograma ilustrativo:



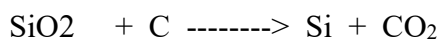
Composição típica da liga: A composição típica da liga de Ferrocromo Baixo Carbono (FeCrBC) está representada abaixo:

Cr.. 50,0 % min. C.. 0,15% max. Si.. 1,0% máx. P.. 0,035% max. S.. 0,015% max.

3. Produção das ligas de FeSiCr (FERROSSILÍCIO CROMO)

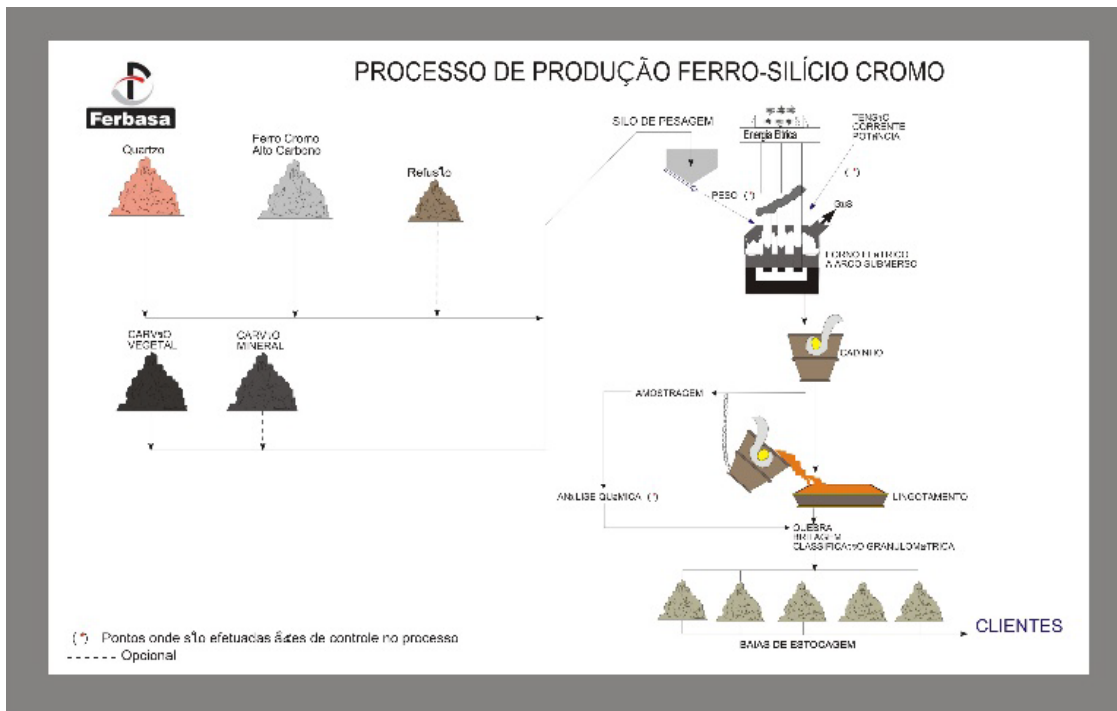
Matéria-prima: Ferrocromo Alto Carbono: Matéria-prima produzida na FERBASA conforme descrito no item 1. Tem como principal função o fornecimento dos elementos Cr e Fe. Redutor: o redutor é o elemento carbono, que tem como principal fonte o carvão vegetal; Quartzo: O Quartzo contém a SiO₂ como substância útil e as substâncias Al₂O₃, TiO₂, MgO, CaO e P que compõem a ganga.

Reações de redução: Durante o processo de produção, onde todas as matérias-primas são adicionadas no forno de redução a arco submerso, o redutor entra em contato com o quartzo e sequestra o oxigênio da SiO₂, liberando o Si. O processo de produção necessita apenas que a reação abaixo descrita ocorra, independente da fonte dos óxidos ou do carbono.



O Fe Cr AC, fornecendo o Cr e o Fe, funde no interior do forno, juntando-se ao Si obtido pela reação, formando a liga de FeSiCr.

Abaixo está o fluxograma ilustrativo:



Composição típica da liga: A composição típica da liga de Ferrossilíciocromo (FeSiCr) está representada abaixo:

Cr.. 28,0 a 32,00 % C.. 0,10% max. Si.. 48,0 a 52,00 % P.. 0,035% max. S.. 0,025% max.

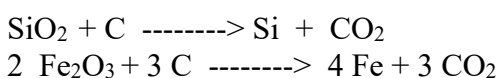
4. Produção das ligas de FeSi75 (FERROSSILÍCIO 75)

Matéria-prima: Hematita que contém o Fe_2O_3 como substância útil e as substâncias SiO_2 , Al_2O_3 , MgO , CaO e P como ganga. Pode ser substituída pela carepa de laminação.

Redutor: é o elemento carbono, que tem como principal fonte o carvão vegetal.

Quartzo: é a fonte de SiO_2 e contém como ganga Al_2O_3 , TiO_2 , MgO , CaO e P .

Reações de redução: durante o processo de produção, o Carbono entra em contato com o quartzo e a hematita, combinando quimicamente com o oxigênio contido na SiO_2 e Fe_2O_3 , liberando os metais Fe e Si que juntamente com quantidades residuais de C e P constituem a liga. O processo de produção, necessita apenas que as reações abaixo descritas ocorram, não importando a fonte dos óxidos ou do carbono.



A capacidade instalada é medida pelo montante de energia elétrica que pode ser consumida nos fornos (MWh), tendo como premissas que os fornos operam de forma ininterrupta na potência de referência em regime de 24h/dia e, ainda, com a configuração de produtos (relação forno x produto) que maximiza as respectivas potências de operação. Neste cálculo, não são consideradas as paradas para reforma dos fornos.

Características do processo de distribuição

Mercado Interno

As vendas no mercado interno são efetuadas através de negociações mensais, trimestrais ou anuais, a depender do volume pretendido e evolução de cada negociação. Vendas FOT - entregue carregado no caminhão, na fábrica.

Mercado Externo

Os embarques para o mercado externo são negociados de forma spot, de acordo com as disponibilidades de ligas após cumprimento dos volumes do Mercado Interno. Embarques são efetuados mensalmente dependendo da disponibilidade de navios. Vendas FOB estivado Porto Salvador - BA.

Características dos mercados de atuação, em especial:

Participação em cada um dos mercados

FeCrAC: Mercado interno, vendas regulares.
Mercado externo, vendas Spots.

FeCrBC: Mercado interno, vendas regulares.
Mercado externo, vendas Spots.

FeSi75: Mercado interno vendas regulares.
Mercado externo, vendas regulares e Spots.

Condições de competição nos mercados:

Ferrocromo

A FERBASA é a única produtora nacional de Ferrocromo. Participa com aproximadamente 2% da produção mundial. Fornece 95% do consumo aparente do mercado interno. A qualidade do nosso produto se equipara ao de outros países do mercado internacional.

Ferrossilício

A capacidade de produção é de 116.488 t/ano. Nossos produtos alcançam a qualidade requerida pelos mercados.

Eventual sazonalidade

A FERBASA tem a flexibilidade de produzir Ferrossilício Cromo nos fornos de Ferrocromo Alto Carbono, sem prejudicar a sua qualidade, reduzindo a ociosidade da capacidade produtiva total.

Principais insumos e matérias-primas

A FERBASA visa, em relação aos seus fornecedores, manter um relacionamento de longo prazo, de forma a promover parcerias que resultem ganhos para ambas as partes, por meio de desenvolvimento e inovação contínua no fornecimento de bens e serviços de qualidade com custo competitivo. Para tanto, a FERBASA usa como ferramentas de comunicação, visitas e reuniões.

Alguns insumos são controlados por órgãos específicos e/ou possuem uma eventual dependência de poucos fornecedores, conforme abaixo:

Principais insumos e matérias-primas	Órgão regulamentador ou legislação aplicável	Eventual dependência de poucos fornecedores
Carvão Vegetal	INEMA e IBAMA	Não
Cromita	Alvará ANM (DNPM); INEMA, Prefeituras	Não
Quartzo		Não
Fonte de ferro		Não
Explosivos	Exército	Não
Reagentes químicos		Não
Combustíveis e lubrificantes	INEMA e Prefeituras	Não
Pasta Eletrodica	Não aplicável	Sim
Refratário	Não aplicável	Sim
Eletrodo de Grafite	Não aplicável	Não
Energia Elétrica	ANEEL	Sim

Montante total de receitas provenientes dos principais clientes nos anos de 2024 e 2023:

Ano 2024

<u>Clientes</u>	<u>Mercado</u>	<u>R\$ milhões</u>	<u>Participação</u>
Aperam	Interno	559,5	40%
Marubeni Corporation	Externo	349,9	32%

Ano 2023

<u>Clientes</u>	<u>Mercado</u>	<u>R\$ milhões</u>	<u>Participação</u>
Aperam	Interno	684,5	43%
Marubeni Corporation	Externo	471,2	40%

Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes dos clientes nos anos de 2024 e 2023:

<u>Seguimentos</u>	<u>Clientes</u>
Ligas de Cromo:	Aperam
Ligas de Silício:	Marubeni Corporation

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

A Companhia não está inserida em mercado regulado ou que necessite de autorização governamental.

Os principais agentes de regulação das atividades ambientais da Companhia são os órgãos executores do SISNAMA, nas esferas municipal, estadual e federal. O escopo de suas competências se delimita com a abrangência do impacto das atividades da empresa.

As autorizações mais importantes no âmbito do meio ambiente são as Licenças Ambientais de Operação, as Outorgas do uso de água e as condicionantes destas autorizações. Estas autorizações possuem prazo de validade, sendo renovadas dentro dos prazos legais

b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Os principais aspectos ambientais são controlados através da ferramenta ISO 14001, associados às atividades de metalurgia, mineração e recursos florestais. Ali, há a gestão de aspectos, possíveis impactos, mitigações, equipamentos de controle ambiental instalados, monitoramentos e desempenhos esperados e alcançados. A Política de Gestão Integrada estabelece as diretrizes a serem realizadas, havendo seu desdobramento em objetivos e indicadores, com respectivas ações e metas.

As obrigações legais são gerenciadas em sistema eletrônico e as licenças ambientais, via condicionantes, estabelece pontos de melhorias e monitoramento, com resultados reportados anualmente para os órgãos ambientais.

Na cadeia de produção, destaca-se também, na unidade florestal a Aprovação da Exploração ou Corte de Florestas Plantadas - ACFP e, quando necessário, Autorização de Supressão de Vegetação (ASV).

As informações socioambientais são reportadas anualmente em seu Relatório de Sustentabilidade, atendendo à metodologia GRI.

Em 2024, a Metalurgia, Florestal e Mineração mantiveram de forma plena o seu Sistema de Gestão Integrado de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, renovando as certificações 9001, 14001 e 45001 junto à certificadora Bureau Veritas Brasil.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Na temática ambiental, a empresa realiza suas atividades com as Licenças Ambientais e Outorgas para captação de água (superficiais e subterrâneas) e lançamento de efluentes.

d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos; ii. em favor de partidos políticos; iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía contribuições financeiras relacionadas ao item “d”.

a) **Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida.**

<u>Ano</u>	<u>Receita no país sede</u> R\$ milhões	<u>Participação na</u> <u>receita líquida total</u>
2024	1.133,6	50,68%
2023	1.269,0	52,11%

b) **Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total.**

Em 2024

<u>Países</u>	<u>Continentes</u>	<u>Receita líquida das</u> <u>exportações</u>		<u>Participação na</u> <u>receita líquida total</u>
		<u>R\$ milhões</u>	<u>Participação</u>	
Holanda, Inglaterra, Luxemburgo, Polônia, Suíça, Suécia e Itália	Europeu	82,1	7,45%	3,67%
Argentina, Uruguai, Chile, Peru, EUA, Canadá, Antilhas Holandesas e México	Americano	625,5	56,70%	27,97%
China, Indonésia, Japão, Hong Kong, Malásia e Tailândia	Asiático	395,5	35,85%	17,68%
Total		1.103,1	100,00%	49,32%

Em 2023

<u>Países</u>	<u>Continentes</u>	<u>Receita líquida das</u> <u>exportações</u>		<u>Participação na</u> <u>receita líquida total</u>
		<u>R\$ milhões</u>	<u>Participação</u>	
Holanda, Inglaterra, Luxemburgo, Polônia, Suíça, Suécia e Itália	Europeu	91,9	7,88%	3,77%
Argentina, Uruguai, Chile, Peru, EUA, Canadá, Antilhas Holandesas e México	Americano	457,2	39,21%	18,78%
China, Indonésia, Japão, Hong Kong, Malásia e Tailândia	Asiático	617,0	52,91%	25,34%
Total		1.166,1	100,00%	47,89%

No caso de embarques de produtos classificados como perigosos, a União Europeia e os Estados Unidos exigem que os produtos da FERBASA, Ferro Silício 75 e Ferro Silício Cromo, recebidos em seus portos, estejam em big-bags no interior dos contêineres, com instruções de segurança e especificações do produto. A Companhia já se encontra adequada a esta regulamentação.

Políticas Socioambientais

Sistema de Gestão Integrada (Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente)

O Sistema de Gestão Integrada norteia todas as ações em qualidade, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional. Certificado em conformidade com as normas ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001, o SGI tem como compromissos:

- clientes: aumentar, sempre, a sua satisfação com a qualidade dos produtos;
- colegas: zelar sempre para manter condições de trabalho que garantam a saúde e a segurança de todos; e
- meio ambiente: garantir a proteção do meio ambiente.

Em 2024 foram investidos cerca de R\$ 50 milhões em programas e soluções voltados à mitigação dos impactos ambientais, preservação do ecossistema, elevação do patamar de segurança, salvaguarda das equipes e demais ações direcionadas à manutenção da integridade física dos colaboradores. Nesse sentido, merecem destaque as ações abaixo:

- Execução de 13.358 Abordagens Comportamentais de Segurança, crescimento de 32% em relação ao ano anterior, com foco na mudança de comportamento e no reforço da segurança enquanto valor inegociável;
- Implantação ou manutenção de ações direcionadas à melhoria contínua na segurança das atividades e dos processos, a exemplo de:
 - Programa de Gestão de Riscos;
 - # PAS - Participação Ativa em Segurança;
 - VCP - Verificação de Conformidade dos Procedimentos;
 - Projeto de Segurança - Foco em redução da condição insegura;
 - Inspeções de segurança nas frentes de serviços;
 - Abordagem comportamental de Segurança - ACS.

No campo da SAÚDE, os colaboradores continuam acompanhados por uma equipe multidisciplinar interna com vistas à prevenção e controle de doenças, a exemplo dos programas:

- Ergonomia;
- Conservação Auditiva;
- Doenças Respiratórias;
- Controle Médico de Saúde Ocupacional; e
- Qualidade de Vida.

É disponibilizada cobertura por um Plano de Saúde e os trabalhadores das unidades da metalurgia, corporativo e recursos florestais contam com o acesso exclusivo à clínica Meu Doutor Novamed, localizada em Pojuca (BA).

Também foram realizadas ações do programa Viva+; desafios esportivos por meio do aplicativo VIK; continuado o acompanhamento emocional pelo APP OrienteMe; e a assistência das gestantes, com o programa Amor de Mãe.

Com relação às questões ambientais, os avanços na Agenda ESG foram representados por ações focadas nas mudanças climáticas; no uso responsável de água; na gestão adequada de efluentes e no desenvolvimento do Programa Integrado de Resíduos, que inclui os resíduos gerados nos diversos processos, a valorização na cadeia produtiva e melhorias operacionais objetivando sua redução. Destacamos as ações abaixo:

- Conclusão da construção do queimador de gases em fornos de produção de biorredutor, na Fazenda Araticum, com investimento total de R\$ 31 milhões;
- Alcançada a primeira asseguarção do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), documento que tem ano base 2023 e emprega a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol, após avaliação pela empresa BVQI;
- Aprimoramento no sistema de controle de emissões fugitivas, mediante a conclusão do projeto de lavadores de gases na sinterização, implementação de melhorias no sistema de despoeiramento de britagem de escória AC e início de implantação de sistema de controle de emissões atmosféricas (tecnologia de filtros de mangas) na britagem primária de FeSi;
- Melhoria contínua na gestão de resíduos sólidos, contemplando estudos voltados à inertização de escórias provenientes da fabricação de ligas de FeCrBC, com revisão do projeto de destinação para uso como corretivo de solo (já em análise no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA), à reciclagem de resíduos industriais e minerários nos processos produtivos e aos estudos para ampliação da circularidade;
- Evolução no sistema de drenagem de águas pluviais da Metalurgia, incluindo pavimentação, drenagem e instalação de tanques de controles de partículas nas áreas periféricas, em continuidade ao projeto de 2023, com previsão de conclusão em 2026;
- Ampliação do reuso e reaproveitamento de águas de processo, com implantação de Estação de Tratamento de Efluentes Sanitários na mineração e florestal (Araticum), com tecnologia RAFA/WETLAND, em circuito fechado, com expectativa de aproveitamento em torno de 200 m³/dia, representando também redução de captação;
- Recuperação de 41 hectares de áreas degradadas nos processos produtivos, como na Mineração e na Florestal;
- Realização de ações de educação ambiental para os colaboradores e comunidades do entorno, com foco no desenvolvimento da cidadania ambiental.

Para 2025, as atenções e os investimentos plurianuais permanecerão centrados na evolução do desempenho em QSSMA (Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente), em todas as unidades da Companhia.

Responsabilidade Social Empresarial

As ações do programa de Responsabilidade Social **Aqui Tem Ferbasa**, em 2024, alcançaram mais de 100 mil pessoas de 24 municípios. Foram investidos aproximadamente R\$ 17 milhões, com 100%

dos recursos destinados a projetos na Bahia, distribuídos nas seis linhas de atuação do Programa: Educação, Arte e Cultura, Esporte, Desenvolvimento Rural e Comunitário, Meio Ambiente e Saúde.

A EDUCAÇÃO permaneceu como o pilar central do Programa, buscando propiciar transformações significativas que reflitam principalmente no desenvolvimento duradouro dos territórios. Desse modo, merece destaque a celebração dos 10 anos do **Ferbasa Educa**, projeto que promove a elevação da escolaridade por meio da metodologia Educação de Jovens e Adultos (EJA). Participam da iniciativa os colaboradores próprios e terceiros da FERBASA, da Fundação José Carvalho e seus familiares. A iniciativa já formou mais de 600 alunos nos níveis Fundamental e Médio, possui 184 alunos matriculados no ano e 34 profissionais já evoluíram em posições na própria Companhia.

Na mesma linha, é possível ainda citar o **Curso Técnico de Mineração** realizado em parceria com o SENAI e com carga horária de 1.200h, em Andorinha/BA, que propicia a formação de 29 pessoas (comunidade e funcionários); e o **Aluno Nota 10**, que promoveu oficinas de aprendizagem para 50 crianças de Andorinha com dificuldades no processo pedagógico.

Voltado ao desenvolvimento rural e comunitário, o Sertão Forte obteve impactos significativos na vida das 245 famílias beneficiadas com ações de geração de renda nas áreas da caprinovinocultura, avicultura, apicultura, agricultura familiar, piscicultura e artesanato, além das ações de construção de poços, recuperação de estradas e capacitações para criação de produtos provenientes das matérias-primas dos biomas locais. O desenvolvimento da cadeia do licuri despontou pela sua capacidade de ampliação da renda de mais de 90 famílias e pelo alto valor agregado ao produto, com o qual podem ser fabricados óleo, azeite, biscoitos, doces, cosméticos e bebidas, além da aplicação dos seus resíduos para transformação em biomassa.

Já nos projetos da linha arte e cultura, o Programa viabilizou o acesso gratuito das populações carentes a diversos tipos de entretenimentos, como exposições, seminários e ao Festival de Vozes Nordestinas, que percorreu 22 municípios, promovendo a valorização dos artistas locais durante o período dos festejos juninos.

As ações ambientais foram conduzidas de maneira criativa, por meio do concurso Projetando o Futuro, que desafiou 182 estudantes de seis municípios a desenvolverem projetos sustentáveis com o tema Soluções Inteligentes para a Gestão de Resíduos Sólidos. E, de forma lúdica, o espetáculo Agriman promoveu 42 apresentações teatrais, em 20 municípios, focadas em despertar nos mais de 8 mil espectadores mirins a responsabilidade pela preservação do planeta.

Na linha Saúde, a Ferbasa apoiou a Corrida Colorida do Hospital Martagão Gesteira, evento que destinou 100% de sua arrecadação à manutenção do centro médico. Uma das mais importantes instituições filantrópicas hospitalares da Bahia, o HMG realiza anualmente mais de 500 mil atendimentos gratuitos a crianças e adolescentes. Também foi realizado um aporte ao Hospital Santo Antônio, por meio do programa Viva Dulce. A verba, em conjunto com outras doações, é destinada à ampliação de 10% dos exames diagnósticos; ao aumento de aproximadamente 15% das cirurgias de endometriose previstas para 2025; e a viabilização da compra de materiais especializados para procedimentos ambulatoriais.

Por fim, reiteramos que todas essas iniciativas estão alicerçadas nos ideais humanistas do nosso Fundador, José Carvalho, e objetivam atuar como catalisadores do desenvolvimento das gerações atuais e futuras.

Não aplicável, tendo vista que a FERBASA é uma sociedade por ações de capital aberto, não sendo uma sociedade de economia mista.

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos últimos exercícios.

Em reunião extraordinária realizada em 07 de novembro de 2024, o Conselho de Administração, aprovou o cancelamento de parte das ações em tesouraria, sendo canceladas 35.000 ações ordinárias e 70.000 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mantidas em tesouraria e sem redução do capital social, após o cancelamento permaneceu em tesouraria 125.000 ações ordinárias e 12.663.200 ações preferenciais.

Em reunião do Conselho de Administração no dia 28 de agosto de 2023, foi aprovado aumento de capital social de R\$ 1.225.443.617,65 para R\$ 1.470.395.617,65, sem alteração do número de ações, mediante a incorporação da reserva para investimento, no montante de R\$ 244.952.000,00, decorrente do saldo parcial da reserva de lucros.

Em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de dezembro de 2023, foi aprovado aumento do limite do capital autorizado de R\$ 1.500.000.000,00 para R\$ 3.000.000.000,00.

Não houve acordo de acionistas nos exercícios de 2023 e 2024.

Não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos exercícios.

Todos os contratos celebrados pela Companhia nos últimos exercícios são relacionados diretamente às suas atividades operacionais.

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício de 2024, a Companhia atingiu um EBITDA ajustado no montante de R\$ 352 milhões, resultado de 22% inferior ao alcançado em 2023, com margem EBITDA de 16% e 19%, respectivamente.

Os principais eventos operacionais que influenciaram o resultado no ano de 2024 foram a valorização de 6,8% no dólar médio praticado; a queda de 11,6% no preço médio das ferroligas em dólar; a redução de 1,8% no volume de vendas total de ferroligas; e a queda de 6,8% no custo dos produtos vendidos (CPV) das ferroligas.

O endividamento em 2024 teve um aumento de 54% se comparado ao exercício de 2023, reflexo da captação de recursos financeiros por meio de adiantamento de contrato de câmbio (ACC) no valor de (+) R\$ 196,1 milhões, a um deságio médio de 6,06% a.a., com vencimentos em 2025, e taxa cambial média de R\$/US\$ 5,64, com o objetivo de financiar o carregamento dos estoques de ferroligas, aproveitando o patamar da taxa cambial.

A Companhia possui financiamentos que incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de “performance” de índices anuais (“covenants”), sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento de determinados “covenants”.

Em 31 de dezembro de 2024, a Controladora não possui contrato de financiamento com cláusula de covenants. Para os exercícios de 2023 e 2022, a Ferbasa atendeu o índice exigido nos contratos de financiamento.

Valores em R\$ mil	2024	2023	2022
Empréstimo e financiamentos (*)	423.687	274.972	342.034
(-) Caixa e equivalentes de caixa / Aplicações (circulante e não circulante)	1.133.656	1.172.627	1.285.132
Dívida Líquida	(709.969)	(897.655)	(943.098)
EBITDA ajustado	351.984	454.264	1.284.921
Razão dívida líquida / EBITDA ajustado	(2,02)	(1,98)	(0,73)

(*) Valor não deduzido de IOF

A Companhia possui dívida líquida negativa (caixa maior do que a dívida).

Especificamente à BW Guirapá e às Centrais Eólicas, era exigido manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) anual consolidado igual ou maior que 1,30. O BNDES autorizou, através de aditivo contratual datado de junho de 2021, a obrigação de aporte de recursos adicionais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da apuração do ICSD, para que o cálculo do referido índice atinja 1,30 em caso do ICSD inferior a 1,30, mas igual ou superior a 1,10, sendo, nessa hipótese, considerada cumprida a obrigação contratual prevista para o exercício em questão. Em 31 de dezembro de 2024, o índice ICSD foi de 1,10 e, desta forma, a Controlada BW Guirapá procedeu o necessário aporte de R\$ 9.000 na conta de reserva, em 18 de fevereiro de 2025.

Essas cláusulas foram plenamente atendidas em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

Valores em R\$ mil	2024	2023	2022
Geração de caixa da atividade	47.671	80.684	69.695
Serviço da dívida	43.221	45.225	46.927
ICSD	1,10	1,78	1,49

O (ICSD) é a razão entre a geração de caixa da atividade que é composto por (+) EBITDA consolidado ajustado, (+) saldo existente da conta de reserva de complementação do ICSD de titularidade da holding, (-) despesa de IRPJ e CSLL apurada no exercício, líquidos de diferimentos, excluindo-se a despesa de IRPJ e CSLL decorrente das receitas financeiras; e o serviço da dívida consolidado que é formado pelos somatórios dos pagamentos da amortização e juros no período de 12 (doze) meses, exceto os subcréditos sociais.

A administração da Companhia, conforme demonstrado acima, entende que as atuais condições financeiras e patrimoniais são favoráveis e tornam a Companhia apta a cumprir com suas obrigações financeiras de curto, médio e longo prazo.

b) Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia ao final de cada exercício apresenta a seguinte composição/detalhamento:

Estrutura de capital R\$ mil	2024	2023	2022
Capital de terceiros (circulante e não circulante)	1.047.107	919.210	1.026.498
Capital próprio (patrimônio líquido)	3.340.773	3.191.487	3.040.887
Capital total	4.387.880	4.110.697	4.067.385
Capital de terceiros / Capital total (%)	24%	22%	25%
Capital próprio / Capital total (%)	76%	78%	75%
Capital de terceiros / Patrimônio líquido	31%	29%	34%

Os financiamentos estão aplicados em investimento na área florestal, para aquisição de máquinas e equipamentos alocados na metalurgia e mineração; e o financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), captado pela controlada BW Guirapá e suas controladas, para financiamento da construção dos parques eólicos.

A Administração entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem bem abaixo do praticado pelas demais empresas de Mineração, Siderurgia, Metalurgia e Eólica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A FERBASA possui estrutura de capital fundamentalmente constituída por recursos próprios de seus acionistas, e encerrou o ano de 2024 com uma reserva financeira

consolidada de R\$ 1.133,6 milhões (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) e uma dívida consolidada de R\$ 423,7 milhões (R\$ 189,0 milhões referente à dívida da BW Guirapá). Assim, a Companhia finalizou 31 de dezembro de 2024 com uma posição de caixa líquido de R\$ 709,9 milhões, ante R\$ 897,6 milhões em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras com maiores prazos de vencimento. Os únicos passivos financeiros da Companhia com prazo de vencimento superior a 1 ano, e com liquidação em caixa, são os empréstimos e financiamentos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Fontes de capital de giro gerados pelas suas próprias operações e recursos próprios provenientes de reservas de retenção de lucros (reservas para investimentos e reservas de incentivos fiscais), que geram o Orçamento de Capital e uma parcela de capital de terceiros, ambos submetidos à aprovação em AGO.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia, caso necessário, pode utilizar sua própria reserva financeira e o crédito disponível junto às principais instituições financeiras do país, para suprir eventual necessidade de capital de giro e financiamento dos investimentos previstos.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

No final do exercício de 2024, existem obrigações decorrentes de financiamento, no valor de R\$ 421 milhões (R\$ 271 milhões, em 31/12/2023).

• Ano 2024

Modalidade	Vencimentos	Encargos (a.a.)	Amortização	Garantias	Consolidado
FINEM	2025	TJLP + 2,27%	Mensal	Hipoteca de terreno	4.198
FINEM	2032	TJLP + 2,65%	Mensal	Vide (*)	189.041
				Subtotal TJLP	193.239
CCB	2025	CDI + 1,86%	Anual	Clean	10.792
ACC	2025	VC+6,27%	Anual	Histórico de Exportação	219.656
				Subtotal	423.687
				(-) Custo de captação	(3.131)
				Total	420.556

- Ano 2023

Modalidade	Vencimentos	Encargos (a.a.)	Amortização	Garantias	Consolidado
FINAME	2024	TJLP + 3,4% a 3,9%	Mensal	Alienação fiduciária	246
FINEM	2025	TJLP + 2,26%	Mensal	Hipoteca de terreno	10.407
FINEM	2032	TJLP + 2,65%	Mensal	Vide (*)	213.862
				Subtotal TJLP	<u>224.515</u>
NCE	2024	CDI + 0,70%	Anual	Histórico de Exportação	28.283
CCB	2025	CDI + 1,86%	Anual	Clean	21.779
				Subtotal CDI	<u>50.062</u>
FINAME	2024	2,5% a 6%	Mensal	Alienação fiduciária	395
				Subtotal	<u>274.972</u>
				(-) Custo de captação	<u>(3.587)</u>
				Total	<u><u>271.385</u></u>

(*) Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado pela controlada BW Guirapá e suas controladas em 6 de outubro de 2015 para financiamento da construção dos parques eólicos. As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da BW Guirapá, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER, e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

Os montantes classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Consolidado
2026	26.142
2027	26.142
2028	26.142
2029 em diante	81.342
Total	<u><u>159.768</u></u>

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não houve outras relações de longo prazo além das descritas no item f (i).

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

A Companhia possui financiamentos os quais incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de “performance” de índices anuais, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”.

A Companhia adota como limite máximo para endividamento o índice de 1,5 x EBITDA.

Informações adicionais, vide item 2.1(a).

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Financiamentos contratados	Percentual utilizado	Valor utilizado
R\$ 657,4 milhões	98,90%	R\$ 650,2 milhões

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa (em R\$ milhões)

Comparação dos resultados operacionais e financeiros nos exercícios sociais findos em 2023 e 2022.

A seguir estão os destaques dos resultados consolidados no final de cada exercício:

Destaques (R\$ milhões)	2024	2023	Δ%
Dólar médio praticado	5,36	5,02	6,8%
Receita líquida	2.236,7	2.435,1	-8,1%
Custo de produtos vendidos	1.840,1	1.901,2	-3,2%
<i>Custo sobre receita</i>	82,3%	78,1%	
EBITDA Ajustado	352,0	454,4	-22,5%
<i>Margem EBITDA</i>	15,7%	18,7%	
Lucro Líquido	327,8	382,9	-14,4%
<i>Margem de lucro</i>	14,7%	15,7%	

Caixa Líquido - Consolidado (R\$ milhões)	2024	2023	Δ
Caixa e equivalentes de caixa	464,1	341,8	122,3
Aplicações financeiras	669,5	830,8	(161,3)
Total da Reserva Financeira	1.133,6	1.172,6	(39,0)
Empréstimos e financiamentos*	(423,7)	(275,0)	(148,7)
Caixa Líquido	709,9	897,6	(187,7)

(*) valor do IOF sobre a captação é de R\$ 3,1 e R\$ 3,6 milhões para 31/12/24 e 31/12/23, respectivamente.

Comentários dos principais itens operacionais e financeiros nos exercícios sociais findos em 2024 e 2023.

PRODUÇÃO – No 4T24, foram produzidas 73,4 mil toneladas de ferroligas, uma redução de 3,8% em comparação com o 3T24, decorrente do crescimento de 6,2% nas ligas de cromo e do recuo de 21,3% nas de silício. Ainda entre o 3T24 e o 4T24, a produção de FeSi HP regrediu 23,1% e alcançou participação de 37,5% do total das ligas de silício. Já no acumulado de 2024, registramos um incremento de 1,5% frente ao ano anterior.

VOLUME DE VENDAS – Foram comercializadas 73,8 mil toneladas de ferroligas no quarto trimestre de 2024. O aumento de 8,0% em relação ao 3T24 deriva da conjunção entre a alta de 25,4% nas vendas para o mercado externo e a redução de 6,4% para o mercado interno. Em 2024, o total transacionado recuou 1,8% diante de 2023, com a retração de 8,3% nas vendas no Brasil, que foi parcialmente compensada pela expansão de 5,3% nas exportações.

RECEITA LÍQUIDA – No 4T24, a receita líquida totalizou R\$ 607,5 milhões. O aumento de 1,6% em relação ao 3T24 foi motivado por fatores como o incremento de 8,0% no volume de vendas e de 4,0% no dólar médio praticado, combinados à queda de 8,4% no preço médio, em dólar, das ligas. Na comparação entre 2024 e 2023, a receita líquida recuou 8,1%, decorrente da redução nas receitas dos mercados interno e externo.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS – O CPV consolidado alcançou R\$ 526,6 milhões no 4T24 e cresceu 5,6% perante o 3T24, refletindo a alta de 5,3% no CPV das ferroligas devido ao avanço de 8,0% no volume de vendas e a redução no custo de insumos importantes. No acumulado de 2024, o CPV consolidado diminuiu 3,2% frente a 2023, justificado, sobretudo, pelo recuo de 6,8% no CPV das ferroligas combinado ao aumento nos custos associados à exaustão do valor justo do ativo biológico, aos gastos com a capacidade ociosa, às manutenções dos fornos e aos ajustes de inventário.

DESPESAS COM VENDAS E GERAIS/ADMINISTRATIVAS – As despesas com vendas em 2024 somaram R\$ 21,5 milhões e aumentaram 10,8% em relação a 2023, enquanto as despesas gerais/administrativas totalizaram R\$ 218,2 milhões e registraram leve alta de 3,9% se comparadas ao mesmo período do ano anterior.

OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS – Em 2024, as despesas operacionais perfizeram R\$ 59,5 milhões, valor 17,9% inferior ao registrado em 2023, com destaque para créditos tributários auferidos no montante de R\$ 20,5 milhões em 2024.

EBITDA AJUSTADO – A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA Ajustado, atingiu R\$ 47,0 milhões no 4T24 com margem EBITDA de 7,7% e retração de 63,0% em relação ao 3T24. Em 2024, o EBITDA Ajustado alcançou R\$ 352,0 milhões e margem de 15,7%, resultado 22,5% inferior ao alcançado em 2023.

GERAÇÃO/CONSUMO DE CAIXA – O consumo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 39,0 milhões em 2024, finalizando o período com uma reserva financeira consolidada de R\$ 1,134 bilhão. Deduzindo-se o endividamento consolidado de R\$ 423,7 milhões, a posição de caixa líquido foi de R\$ 709,9 milhões no 4T24 ante os R\$ 897,6 milhões apurados no final do 4T23.

RESULTADO FINANCEIRO – O resultado financeiro consolidado de R\$ 73,5 milhões no 4T24 foi 191,7% superior ao do 3T24, precedente, basicamente, da atualização monetária da recuperação de créditos tributários, que somou R\$ 56,8 milhões no 4T24. Na comparação de 2024 com 2023, houve avanço de 27,6%, também devido à atualização monetária dos créditos tributários recuperados, que adicionou R\$ 63,7 milhões em 2024 e compensou a queda no rendimento dos investimentos financeiros, ocorrida pelo maior consumo de caixa e pela redução na taxa média de juros do período.

CAPEX – Em 2024, foram investidos R\$ 288,7 milhões, valor 8,0% inferior ao realizado em 2023, com destaque para a aquisição de máquinas e equipamentos destinados, em sua maior parte, às unidades de Metalurgia e Mineração, bem como para manutenção do ativo biológico na área de Recursos Florestais. Destacam-se, também, os investimentos de R\$ 37,8 milhões, realizado em participação societária com empresa geradora de energia elétrica, e de R\$ 11,0 milhões em participação societária na Coligada Bahia Minas Bioenergia.

LUCRO LÍQUIDO – O lucro líquido consolidado alcançou R\$ 327,8 milhões em 2024, uma retração de 14,4% com relação a 2023. No 4T24, registramos um aumento de 21,9% em relação ao trimestre anterior.

PROVENTOS – Mantendo uma diretriz empresarial de distribuição regular de proventos, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 173 milhões em 2024 na forma de juros sobre capital próprio, alcançando o payout de 53% do lucro líquido.

Seguem abaixo as demonstrações de resultados e fluxos de caixa consolidadas para os exercícios indicados, preparadas de acordo com a legislação vigente:

Demonstração do resultado consolidados para os exercícios indicados (em milhares de reais).

	Consolidado				AH
	31/12/2024	AV	31/12/2023	AV	2024/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	2.236.704	100,0%	2.435.135	100,0%	-8,1%
Custo dos produtos vendidos	(1.840.126)	-82,3%	(1.901.206)	-78,1%	-3,2%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	74.626	3,3%	71.728	2,9%	4,0%
LUCRO BRUTO	<u>471.204</u>	21,1%	<u>605.657</u>	24,9%	-22,2%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Com vendas	(21.547)	-1,0%	(19.371)	-0,8%	11,2%
Gerais e administrativas	(218.223)	-9,8%	(210.031)	-8,6%	3,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(59.505)</u>	-2,7%	<u>(72.524)</u>	-3,0%	-18,0%
	<u>(299.275)</u>	-13,4%	<u>(301.926)</u>	-12,4%	-0,9%
LUCRO OPERACIONAL	<u>171.929</u>	7,7%	<u>303.731</u>	12,5%	-43,4%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	243.326	10,9%	189.290	7,8%	28,5%
Despesas financeiras	<u>(95.420)</u>	-4,3%	<u>(73.384)</u>	-3,0%	30,0%
	147.906	6,6%	115.906	4,8%	27,6%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	<u>319.835</u>	14,3%	<u>419.637</u>	17,2%	-23,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	15.102	0,7%	(11.864)	-0,5%	-227,3%
Diferidos	<u>(7.183)</u>	-0,3%	<u>(24.888)</u>	-1,0%	-71,1%
	7.919	0,4%	(36.752)	-1,5%	-121,5%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>327.754</u>	14,7%	<u>382.885</u>	15,7%	-14,4%
Lucro atribuído aos acionistas controladores	327.505		382.649		
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	249		236		

Demonstração do fluxo de caixa resumido consolidados para os exercícios indicados (em milhares de reais).

	Consolidado		AH
	31/12/2024	31/12/2023	2024/2023
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>357.120</u>	<u>476.565</u>	<u>-25,1%</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(97.173)</u>	<u>(245.205)</u>	<u>-60,4%</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(137.694)</u>	<u>(363.910)</u>	<u>-62,2%</u>
Varição cambial sobre caixa e equivalente de caixa	<u>46</u>	<u>235</u>	<u>-80,4%</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>122.299</u>	<u>(132.315)</u>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	341.787	474.102	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	464.086	341.787	
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>122.299</u>	<u>(132.315)</u>	<u>-192,4%</u>

a) **Resultado das operações da Companhia, em especial:**

i) **Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Na comparação entre 2024 e 2023, a receita líquida reduziu 8,1%, refletindo a queda de 7,6% da receita com ferroligas, resultado que retrata as diminuições de 11,6% no preço médio, em dólar, das ferroligas e de 1,8% no total comercializado, além da valorização de 6,8% no dólar médio praticado.

Em 2024, o modesto desempenho da siderurgia mundial, em especial pela desaceleração da produção de aços inoxidáveis na Europa e pelo baixo crescimento da economia global, achataram os preços das ferroligas. Um fator relevante associado às ligas de silício foi a precaução no mercado com relação aos efeitos de tarifação decorrentes do processo de antidumping dos EUA. Por conta disso, os problemas logísticos que desembocaram em dificuldades no escoamento dos produtos foram incapazes de oferecer resistência as quedas de preço ocorridas no ano.

A receita líquida total de 2023 reduziu 22,4% quando comparada à de 2022, espelhando o recuo de 24,6% na receita com ferroligas. Este resultado refletiu o declínio de 23,8% nos preços médios em dólar das ferroligas e de 3,1% do dólar médio praticado, assim como do aumento de 1,4% no volume transacionado.

Receita Líquida (R\$ milhões)	2024	2023	Δ%
MERCADO INTERNO			
Ferroligas	981,8	1.090,9	-10,0%
Energia eólica	94,1	117,8	-20,1%
Demais Produtos (*)	57,7	60,3	-4,3%
Total MI	1.133,6	1.269,0	-10,7%
MERCADO EXTERNO			
Ferroligas	1.103,1	1.166,1	-5,4%
Total ME	1.103,1	1.166,1	-5,4%
TOTAL (MI+ME)	2.236,7	2.435,1	-8,1%
Dólar médio praticado (R\$/USD)	5,36	5,02	6,8%

(*) inclui receita com areia de cromita, cal, microsilica, madeira, escórias e minério de cromo.

ii) **Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Já informados anteriormente.

b) **Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

As quantidades transacionadas no ano de 2024 recuaram 1,8% frente a 2023. O resultado está associado ao declínio de 8,3% nas vendas domésticas e ao incremento de 5,3% nas exportações. De maneira geral, o desempenho no MI foi afetado por contratempos relacionados ao ainda elevado nível de importações de aço em 2024, impactando o segmento siderúrgico nacional, principal destino das ferroligas. Já no que se refere ao ME, inúmeros desafios logísticos foram enfrentados ao longo do ano, como: conflitos no Mar Vermelho, restrições à circulação no Canal do Panamá, congestionamento nos portos, escassez de contêineres, ações protecionistas de alguns países, além do aumento no tempo de trânsito e nos custos com frete marítimo. Enfrentando este cenário externo

desafiador, a FERBASA conseguiu manter o volume vendido de ligas de silício e expandiu as exportações de cromo.

Em 2023, o volume de vendas acumulado alcançou 273,6 mil toneladas de ferroligas, um aumento de 1,4% em relação a 2022. O volume destinado ao mercado interno cresceu 1,7% neste período, refletindo o baixo desempenho da produção siderúrgica nacional, fortemente impactada pela importação de aço chinês. Este resultado é uma combinação da redução de 12,1% nas vendas de ligas de silício e do aumento de 4,1% nas vendas de ligas de cromo no mercado nacional. Em relação ao mercado externo, houve incremento de 1,0% nas vendas de 2023, influenciado pela combinação entre a diminuição nos embarques de ligas de silício (- 3,2%) e elevação do volume exportado de ligas de cromo (+ 6,9%). Este cenário evidencia a capacidade da Companhia de arbitrar o direcionamento dos seus produtos entre o mercado brasileiro e as exportações, conforme se apresentem as circunstâncias mercadológicas.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

(i) Impactos nos custos dos produtos vendidos

Ao analisar o período compreendido entre 2023 e 2024, o CPV das ferroligas registrou um recuo de 6,8%, justificado, sobretudo, pelos menores custos com energia elétrica e coque, além de refletir o decréscimo de 1,8% no volume de vendas. É importante mencionar que, dentro do portfólio de contratos de energia elétrica, as alterações contratuais negociadas especificamente com a CHESF em 2023, no bojo do Projeto Energia Competitiva, trouxeram uma condição diferenciada e foram as grandes responsáveis pela redução de 21,8% no custo da energia consumida pela Metalurgia em 2024. Esta condição extraordinária não se estenderá a 2025, quando a tarifa do contrato CHESF retornará aos patamares habituais.

No que se refere ao FeCrAC, foi registrada uma queda nos custos de produção entre 2023 e 2024, atribuída às reduções dos gastos com energia elétrica e coque, sendo que este último reflete o declínio no preço internacional do carvão mineral. Na mesma direção, o custo de produção do FeCrBC decresceu em razão dos menores dispêndios com energia elétrica e redutor, o FeSiCr, que é produzido internamente e foi diretamente beneficiado pela diminuição no custo de produção do FeCrAC. A retração no custo de produção do ferrossilício deve-se à contenção nos gastos com energia elétrica e pasta eletródica, além da diluição dos custos fixos, em decorrência do aumento da produção.

Ao observar a relação entre CPV e receita líquida das ferroligas, é possível perceber uma pequena alta de 0,7% entre os acumulados dos dois últimos anos, provocada principalmente pela diminuição da receita devido à queda nos preços de comercialização em dólar, o que neutralizou a melhora nos custos de produção registrada no ano.

A linha “Energia Eólica” apresentada na tabela abaixo é relativa ao CPV do complexo eólico BW Guirapá, com abrangência dos seus principais componentes de custo, associados à operação dos aerogeradores, como manutenção dos equipamentos, transmissão de energia e depreciação.

CPV (R\$ milhões)	2024	%RL(*)	2023	%RL(*)
Ferroligas	1.628,5	78,1%	1.746,4	77,4%
Energia eólica	97,3	103,4%	85,1	72,2%
Demais produtos (i)	40,3	69,8%	39,9	66,2%
Subtotal produtos	1.766,1		1.871,4	
Exaustão do valor justo do ativo biológico	36,1		32,5	
Capacidade ociosa	21,5		14,4	
Outros	16,4		(17,1)	
Subtotal outros	74,0		29,8	
Total geral	1.840,1		1.901,2	
%Receita líquida	82,3%		78,1%	

(*) considera os percentuais de CPV pela RL de cada produto.

(i) Incluem custos para os produtos: areia de cromita, cal, microsíllica, madeira e escórias.

(ii) Impactos no resultado financeiro

Resultado financeiro (R\$ milhões)	2024	2023	Δ%
Desempenho financeiro			
Receita financeira	207,1	169,5	22,2%
Despesa financeira	(54,2)	(51,3)	5,7%
Variação cambial líquida	(5,0)	(2,3)	117,4%
Total geral	147,9	115,9	27,6%

O acréscimo de 27,6% no resultado financeiro de 2024 frente ao ano anterior foi principalmente provocado pela elevação de 22,2% na receita financeira, ocasionada pela atualização monetária dos créditos tributários recuperados, que contribuiu com R\$ 63,7 milhões e compensou a queda no rendimento das aplicações financeiras devida ao maior consumo de caixa e redução na taxa média de juros entre os períodos.

Complementarmente, informamos que a Companhia possui US\$ 7,4 milhões em trava de exportação, a uma taxa cambial média de R\$/US\$ 5,87 e prazo de vencimento no 1T25.

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alteração significativa nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2024 e em 2023.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não existem ressalvas ou parágrafos de ênfase no parecer dos auditores independentes para os exercícios de 2024 de 2023.

a) Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício de 2024.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Conforme divulgado ao mercado em 09 de fevereiro de 2024, um desembolso de R\$ 37,8 milhões foi realizado para a aquisição de 45% de participação na Sociedade NK232 (Empresa do grupo Auren Energia S.A.) com o objetivo de exploração dos parques eólicos Ventos de São Ciro (Piauí) e Ventos de São Bernardo (Pernambuco). O investimento permitirá o suprimento para a Companhia de 35 MW médios de energia elétrica durante 20 anos, sob o regime de autoprodução por equiparação (APE).

Adicionalmente, em julho de 2024, ocorreu o segundo aporte de capital no montante de R\$ 11,0 milhões, na Empresa Bahia Minas Bioenergia (Coligada), sociedade firmada em parceria com a APERAM INOX AMÉRICA DO SUL S.A., visando à aquisição de imóveis rurais a serem utilizados na exploração de eucalipto e outras espécies florestais.

A FERBASA constituiu em dezembro de 2023 a subsidiária Bahia Minas Bioenergia Ltda, cujo objeto e propósito específico de adquirir imóveis rurais para exploração da cultura de eucalipto e corymbia, que poderão ser explorados diretamente e/ou por meio de Contrato de Parceria Agrícola.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

a) Valor das medições não contábeis.

No exercício de 2024 a geração de caixa operacional pelo conceito EBITDA atingiu R\$ 352 milhões, representando 16% da receita líquida do ano (R\$ 454 milhões, em 2023) e 19% da receita líquida.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

EBITDA - Consolidado (R\$ milhões)	2024	2023	Δ%
Lucro Líquido	327,8	382,9	-14,4%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(147,9)	(115,9)	27,6%
(+/-) IRPJ/CSLL	(7,9)	36,8	-
(+/-) Depreciação, amortização, exaustão e mais valia ¹	228,8	187,9	21,8%
EBITDA	400,8	491,7	-18,5%
(+/-) Provisão para contingências e outros ²	(4,9)	10,9	
(+/-) Efeito líquido do valor justo de ativos biológicos	(38,5)	(39,2)	
(+/-) Reversão de provisão desmobilização parque eólico (CPC 25) ³	-	(10,6)	
(+/-) Recuperação de crédito tributário ⁴	(17,2)	-	
(+/-) Demais efeitos ⁵	11,8	1,6	
EBITDA Ajustado	352,0	454,4	-22,5%
Margem EBITDA	15,7%	18,7%	

1) A mais valia refere-se ao efeito da realização dos ativos avaliados ao seu valor justo, reflexo da aquisição da BWG.

2) Efeito da constituição de novos processos e das reversões das provisões para contingências do período (Nota 26 das Demonstrações Financeiras de 2024).

3) Reavaliação da provisão para desmobilização (CPC-25) dos parques eólicos, considerando os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis (Nota 25 das Demonstrações Financeiras de 2024).

4) Constituição de créditos fiscais de tributos federais (não contempla a atualização monetária).

5) Inclui o passivo atuarial consolidado e demais efeitos não recorrentes.

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia administra sua estrutura de capital monitorando a relação entre sua dívida líquida (saldos de empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 21 – deduzidos pelos saldos de caixa e equivalente de caixa – nota explicativa nº 9 – e aplicações financeiras – nota explicativa nº 10) e o EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization ou Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA), baseada em sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A Companhia adota como limite máximo para endividamento o índice de 1,5 x EBITDA.

O EBITDA não é uma medida definida pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade, representando o lucro do período apurado antes dos juros, do Imposto de Renda, da contribuição social, da depreciação, da amortização e da exaustão. A FERBASA apresenta o seu EBITDA ajustado de acordo com a Resolução CVM 156/22, ou seja, com o respectivo expurgo do efeito líquido do valor justo dos ativos biológicos, da provisão para contingências e demais efeitos não recorrentes.

As demonstrações financeiras completas dos exercícios de 31 de dezembro de 2024 foram publicadas no dia 07 de março de 2025, e não ocorreram eventos subsequentes.

Aprovação da destinação do lucro líquido da Companhia, conforme AGOE de 17 de abril de 2025, conforme itens abaixo:

- I. Lucro líquido referente ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2024**, no valor de R\$ **327.504.831,19**, da seguinte forma:

R\$ **16.375.241,56** para constituição da Reserva Legal;

R\$ **26.093.237,23** para constituição da Reserva de Lucros - Incentivos Fiscais;

R\$ **163.219.761,32** para destinação aos acionistas, sendo **(i)** antecipação, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 28 de maio de 2024, paga a partir de 20 de junho de 2024, sob a forma de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 17.500.000,00, correspondente a R\$ 0,04825383436 por ação ordinária e R\$ 0,05307921780 por ação preferencial; **(ii)** antecipação, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 29 de agosto de 2024, paga a partir de 20 de setembro de 2024, sob a forma de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 18.000.000,00, correspondente a R\$ 0,04963251534 por ação ordinária e R\$ 0,05459576687 por ação preferencial; **(iii)** antecipação, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 28 de novembro de 2024, paga a partir de 20 de dezembro de 2024, sob a forma de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 18.000.000,00, correspondente a R\$ 0,04963251534 por ação ordinária e R\$ 0,05459576687 por ação preferencial; **(iv)** antecipação, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 10 de dezembro de 2024, paga a partir de 27 de dezembro de 2024, sob a forma de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 109.719.761,32, correspondentes a R\$ 0,30253709651 por ação ordinária e R\$ 0,33279080616 por ação preferencial. Estes valores serão imputados como antecipação ao valor dos dividendos do exercício de 2024, "**ad referendum**" da Assembleia Geral Ordinária de 2025.

R\$ **121.816.591,08** para destinação à Reserva de Investimento, atendendo ao Orçamento de Capital (art.196 da Lei nº 6.404/76); e,

- II. Aprovação de R\$ **942.235,55** para incorporação à Reserva de Investimento proveniente de juros sobre capital próprio/dividendos prescritos (Lei 6.404/76, artigo 287, inciso II, letra "a").

a) Regras sobre retenção de lucros

Após a apropriação das reservas obrigatórias, exigidas por lei, e atribuições dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, é constituída uma reserva para investimento, a ser realizada de acordo com o Orçamento de Capital e planejamento estratégico da Companhia.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Dividendos mínimos de 25% do lucro ajustado de acordo com o artigo 26, alínea "d", inciso III do Estatuto Social da Companhia.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração pode determinar o levantamento de balanços e demonstrações financeiras intermediárias, trimestrais ou semestrais, e, com base em tais balanços, aprovar a distribuição de dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Estes

dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

- d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.**

Não houve.

- e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

- a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados, em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

- b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício social de 2024.

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício social de 2024.

- b) Natureza e o propósito da operação.**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício social de 2024.

- c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício social de 2024.

a) Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2024, o CAPEX totalizou R\$ 288,7 milhões, 8% inferior ao realizado em 2023. A seguir, apresentamos os valores segregados por unidade de negócio:

CAPEX (R\$ milhões)	Metalurgia	Mineração	Florestal	Energia eólica	2024	2023
Máquinas e equipamentos	49,9	69,8	17,1	9,4	146,2	171,1
Ativo biológico	-	-	72,7	-	72,7	71,7
Minas	-	21,4	-	-	21,4	24,1
Edificações	3,6	17,9	16,1	0,3	37,9	23,6
Terras	-	-	-	-	-	23,4
Veículos e tratores	0,3	1,4	-	-	1,7	2,8
Móveis e utensílios	1,0	0,6	-	-	1,6	1,6
Outros (i)	3,1	0,9	3,2	-	7,2	10,5
Total	57,9	112,0	109,1	9,7	288,7	328,8

(i) Incluem: adiantamentos, informática, intangível e outros.

Os investimentos mais significativos de 2024 estiveram relacionados à aquisição de máquinas e equipamentos (50,6%), em sua maior parte para as unidades da Metalurgia e da Mineração, bem como manutenção do ativo biológico (25,2%) para a área de Recursos Florestais. Tais dispêndios representaram, juntos, 75,8% do total do CAPEX realizado no período.

Para o quinquênio de 2025 a 2029, no Orçamento de Capital da Cia. está previsto o investimento de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, englobando aquisições de máquinas e equipamentos para unidades de Metalurgia, Mineração e Florestal, para manutenção e melhorias/expansão de atividades e adequações de instalações.

No primeiro semestre de 2024 a Companhia realizou os seguintes investimentos:

Conforme divulgado ao mercado em 09 de fevereiro de 2024, um desembolso de R\$ 37,8 milhões foi realizado para a aquisição de 45% de participação na Sociedade NK232 (Empresa do grupo Auren Energia S.A.) com o objetivo de exploração dos parques eólicos Ventos de São Ciro (Piauí) e Ventos de São Bernardo (Pernambuco). O investimento permitirá o suprimento para a Companhia de 35 MW médios de energia elétrica durante 20 anos, sob o regime de autoprodução por equiparação (APE);

Adicionalmente, em julho de 2024, ocorreu o segundo aporte de capital no montante de R\$ 11,0 milhões, na Empresa Bahia Minas Bioenergia (Coligada), sociedade firmada em parceria com a APERAM INOX AMÉRICA DO SUL S.A., visando à aquisição de imóveis rurais a serem utilizados na exploração de eucalipto e outras espécies florestais.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos são preferencialmente financiados com recursos próprios gerados pelas operações da Companhia, com a faculdade de utilização de recursos de terceiros, como, por exemplo, o BNDES, com a finalidade de complementar o total necessário que atenderão ao plano de investimentos e ao Planejamento Estratégico da Companhia.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos para o exercício social de 2024.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, no exercício social 2024.


c) Novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.


Não houve no exercício social de 2024 a inclusão de novos produtos e serviços.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Ancorada em um compromisso firmado consigo mesma, com seus colaboradores, com as comunidades circunvizinhas, com o País e com as gerações futuras, independentemente de quaisquer modismos, a FERBASA decidiu, desde a sua constituição ser uma empresa responsável em essência, facilitando o cumprimento natural das exigências quer de natureza permanente ou transitórias. Em 2024, sob a coordenação do Comitê ESG, as atividades percorreram uma trilha exitosa, haja vista a evolução do Plano de Trabalho estabelecido para o biênio de 2023 e 2024, com 100% de implementação das demandas assumidas.

No sentido de manter o mercado atualizado com nossas iniciativas e projetos, além da divulgação anual do Relatório de Sustentabilidade (todas as edições disponíveis para consulta em <https://www.ferbasa.com.br/relatorio-de-sustentabilidade/>), enumeramos neste tópico os pontos mais relevantes do ano:

ESG – Meio ambiente	ODS*
<ul style="list-style-type: none">• Asseguração do inventário de Gases de Efeito Estufa (ano base 2023) pela Bureau Veritas Certification no nível Limitado;• Início de operação dos queimadores de gases da Fazenda Araticum, que evita a dispersão de fumaça e odor proveniente dos fornos da unidade. O projeto iniciado em 2023 contou com investimentos superiores a R\$ 40 milhões.	
ESG – Social	ODS*
<ul style="list-style-type: none">• Primeira auditoria social realizado por cliente, englobando todas as unidades operacionais da FERBASA, para avaliação de pontos relacionados a direitos humanos, meio ambiente e mudanças climáticas, relacionamento com comunidades, segurança e relações trabalhistas;• Realização de R\$ 17,7 milhões em investimentos sociais por meio das ações do programa Aqui Tem Ferbasa, que abrange seis linhas de atuação: Educação, Desenvolvimento Rural e Comunitário, Meio Ambiente, Arte e Cultura, Esporte e Saúde.	

ESG – Governança	ODS*
<ul style="list-style-type: none"> Adesão à plataforma EcoVadis, obtendo uma pontuação de 51% já no primeiro ciclo e garantindo o selo de Empresa comprometida com a sustentabilidade; 	

(*) Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compõem uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

Para o exercício social de 2024, não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido identificados ou comentados nesta seção.

a) Projeções divulgadas em 2024, para o ano de 2025

A Companhia não divulgou projeções para o ano de 2025.

b) Projeções divulgadas em 2023, para o ano de 2024

A Companhia não divulgou projeções para o ano de 2024.

c) Projeções divulgadas em 2022, para o ano de 2023

A Companhia não divulgou projeções para o ano de 2023.

a) Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas em 2023 e realizadas em 2024

A Companhia não divulgou projeções para o ano de 2024.

b) Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas em 2022 e realizadas em 2023

A Companhia não divulgou projeções para o ano de 2023.

c) Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas em 2021 e realizadas em 2022

A Companhia não divulgou projeções para o ano de 2022.

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como fatos relevantes, comunicados ao mercado, as Demonstrações Financeiras da Companhia, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Além disso, é aconselhável analisar se esses valores mobiliários são compatíveis com seu perfil de investidor. Todas essas informações devem ser levadas em conta antes de realizar um investimento.

Os negócios atuais e futuros, participação no mercado, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais, não conhecidos pela Companhia na data deste Formulário de Referência, também poderão afetar a Companhia adversamente. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os atuais e/ou potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Ou seja, a Companhia está sujeita a diversos riscos que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de sua emissão, devido ao potencial impacto em seus negócios, resultantes de alterações nas condições políticas, sociais, ambientais, econômicas, de mercado, dos resultados de suas operações e de situação financeira.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante sobre a Companhia conforme exemplificado no parágrafo anterior.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros. As ações implementadas pela Companhia visando a redução da exposição do seu grau de risco estão detalhadas na seção 5.1 “Descrição do Gerenciamento dos Riscos”.

Abaixo, descreveremos os principais riscos aos quais a Companhia está exposta.

a. Em relação à Companhia

a.1) A volatilidade da taxa de câmbio, principalmente em relação ao dólar americano, pode afetar a condição financeira e os resultados da Companhia

Uma vez que os preços de seus produtos, tanto no mercado doméstico quanto nas exportações, são influenciados pelo Dólar Americano, enquanto a maior parte dos custos, despesas e investimentos ocorrem em Reais, as oscilações na taxa de câmbio podem gerar

volatilidade no fluxo de caixa, nos resultados e, por consequência, na decisão por distribuição de proventos da Companhia.

Como os custos e despesas operacionais são preponderantemente realizados em moeda nacional, este descasamento gera um risco cambial para a Companhia.

a.2) Problemas operacionais, falhas ou indisponibilidade de determinados ativos e sinistros em equipamentos críticos, problemas geotécnicos, invasão de terras, inundações, podem afetar negativa e significativamente os negócios e o desempenho financeiro da Companhia.

Os negócios da Companhia requerem rigoroso controle de manutenção de ativos como equipamentos, instalações e edificações. Uma eventual gestão ineficiente dos ativos, indisponibilidade de vias de acessos, sinistros em equipamentos críticos, falhas operacionais e incapacidade de restabelecimento tempestivo das operações poderiam levar à interrupção da produção. Na hipótese de ocorrência de longas interrupções do negócio, poderia ocorrer perdas financeiras, bem como a perda de clientes, gerando impacto negativo aos resultados das operações, fluxos de caixa e à situação financeira da Companhia.

As operações nas minerações subterrânea e a céu aberto poderiam gerar instabilidades em maciços rochosos ocorridos por qualidade da rocha, com possibilidade de desmoronamento de taludes, galerias ou túneis. A eventual ocorrência destes eventos, poderia resultar em interdição das atividades no local do colapso estrutural e consequente interrupção da produção, além de perdas financeiras e outros impactos que podem afetar o resultado e/ou causar danos materiais e pessoais.

A Companhia está sujeita a invasão de terras em suas propriedades rurais, principalmente por parte de movimentos sociais mais estruturados, a exemplo do MST, MLT, dentre outros. Este tipo de movimento gera riscos à continuidade das operações nas áreas invadidas, devido à imprevisibilidade e, quando acontecem, poderiam demandar um processo complexo e demorado para a reintegração de posse, cujo trâmite poderia envolver liminares jurídicas e negociações juntamente com órgãos governamentais. As áreas mais suscetíveis são aquelas onde não existe plantio de florestas.

Condições climáticas inesperadas podem causar interrupção da produção, devido a inundações de minas ou pela interrupção do transporte de minério (das minas à fábrica), sendo esta última motivada por deterioração ou alagamento das vias de acesso e estradas, podendo acarretar perdas financeiras.

a.3) O descumprimento de regulamentação, normas, procedimentos e padrões operacionais relacionados à saúde e segurança no trabalho, podem causar acidentes nas operações das unidades, demandar dispêndios pontuais extraordinários e danos à reputação da Companhia.

O descumprimento de regulamentações, normativos e diretrizes voltadas à saúde e segurança de funcionários e terceiros durante a execução de suas atividades nos estabelecimentos da Companhia poderiam causar eventuais acidentes, inspeções de

órgãos reguladores, dispêndios pontuais extraordinários e danos à reputação da Companhia.

a.4) A Companhia pode não dispor de uma cobertura de seguro adequada para determinados riscos de negócio.

- A ocorrência de perdas ou outros danos, em suas florestas, não cobertos pelo seguro, decorrentes de seca, incêndio, pestes ou pragas, ou que excedam os limites do seguro, pode resultar em custos adicionais inesperados e reduzir a disponibilidade de madeira para a Companhia;
- Uma eventual interrupção longa da produção, não coberta por seguro, poderia exigir gastos adicionais e conseqüente redução de caixa disponível para as operações, além do prejuízo à reputação da Companhia e possibilidade de perda de clientes, gerando impacto negativo aos resultados, fluxos de caixa e à situação financeira da Companhia.

a.5) Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou procedimentos arbitrais podem causar efeitos adversos nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está envolvida em várias demandas relacionadas a processos cíveis, administrativos, trabalhistas e ambientais, em que as contrapartes reivindicam valores substanciais. Apesar das provisões terem sido constituídas para todos os montantes em litígio que representam uma perda provável, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em relação a decisões desfavoráveis em determinados litígios, os valores estimados podem ser insuficientes para cobrir todas as perdas resultantes de tais processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais poderão causar um efeito adverso nos seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Para mais informações, consulte o item 4.4 deste Formulário de Referência.

a.6) A dificuldade na reposição de reservas minerais lavradas, a incerteza quanto à conversão de recursos em reservas minerais e os desafios na extração dessas reservas, decorrentes do aprofundamento das minas e/ou da disposição espacial dos corpos de minério, podem afetar de forma adversa os negócios da Companhia.

O minério de cromo é a matéria prima básica utilizada na produção de ligas de cromo, assim como o quartzo é a matéria prima para o ferrossilício.

As dificuldades e incertezas relacionadas aos trabalhos de prospecção e pesquisa mineral, conforme mais bem elucidado no item a7, poderiam levar à redução das reservas minerais e conseqüentemente redução de vida útil das minas.

Após a identificação dos recursos minerais, há incertezas quanto à sua conversão em reservas minerais economicamente lavráveis. Uma taxa de conversão menor do que o esperado pode comprometer o nível adequado de reserva necessário para manutenção da produção de minério.

O contínuo aprofundamento da mina subterrânea intensifica os desafios na extração do minério, como aumento das distâncias de transporte (para a planta de beneficiamento e o depósito de estéril), maior necessidade de suporte de rocha, demanda por infraestruturas elétrica, de ventilação e de bombeamento de água mais robustas, entre outros. No caso de minas a céu aberto, o aprofundamento também gera maiores desafios, tais como: maiores distâncias a serem percorridas da mina até a planta e até as pilhas de estéril, aumento da relação estéril/minério, maior necessidade de infraestrutura de bombeamento e drenagem de água, dentre outros.

Os maiores desafios acima listados expõem as operações a um aumento nos custos de extração, ou a novos investimentos.

Além disso, em diferentes profundidades, a disposição espacial dos corpos de minério pode acarretar maiores desafios para a lavra, especialmente nas minas subterrâneas, inclusive levando a necessidade de mudança do método de lavra o que pode levar ao aumento dos custos e investimentos adicionais.

a.7) As atividades de mineração requerem o uso de explosivos. Eventual detonação não planejada poderia causar acidentes, demandar dispêndios pontuais extraordinários e danos à reputação da Companhia.

A atividade de mineração requer o uso de explosivos nas operações de desmonte de rocha, na lavra e desenvolvimento. Embora as operações com explosivos sejam bastante seguras, eventualmente poderia ocorrer alguma detonação não planejada capaz de causar acidentes, danos patrimoniais e a imagem da Companhia.

a.8) As prospecções para descobertas de novas reservas de minério de cromo têm determinado nível de incerteza, desta forma não há como garantir que investimentos nessa área poderiam gerar resultados para a Companhia.

Nas operações de prospecção para descobertas de novas reservas de minério de cromo, despesas com pesquisa e sondagem têm determinado índice de incerteza, principalmente nas novas áreas de pesquisa onde o minério não é aflorante, fator que pode ocasionar na desistência ou alterações nas decisões estratégicas de investimento em certos ativos.

a.9) Os processos de governança e compliance da Companhia podem não ser suficientes para evitar descumprimento de normas, leis e regulamentos.

Os processos de governança e *compliance* da Companhia, que incluem a identificação e mitigação dos riscos por meio de controles internos, podem não ser suficientes, não identificar oportunamente ou impedir violações às normas legais, contábeis, de governança e do seu Código de Conduta.

O descumprimento das leis aplicáveis ou normas por parte da Companhia, seus administradores, colaboradores e terceiros, pode sujeitar os infratores às respectivas sanções e danos à reputação da Companhia.

a.10) As Demonstrações Financeiras da Companhia podem ser afetadas pelas mudanças das premissas que apresentam um risco significativo, com possibilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivo, e impactar significativamente a distribuição de proventos.

Por definição, estimativa contábil é uma previsão quanto ao valor de um item que considera as melhores evidências disponíveis, incluindo fatores objetivos e subjetivos, quando não exista forma precisa de apuração, e requer julgamento na determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. E raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

- Ativos biológicos;
- Vida útil do ativo imobilizado;
- Valor justo de instrumentos financeiros;
- Provisão para obrigações atuariais;
- Provisão para contingências;
- Provisão para fechamento de minas e desmobilização;
- Impairment.

a.11) Greves, reivindicações trabalhistas e relacionamento com sindicatos de trabalhadores podem gerar paralisações temporárias das operações da Companhia, afetando de maneira adversa a operação de suas unidades.

Greves e outras paralisações de atividades laborais poderiam afetar o custo de operação, bem como o tempo de produção de certos produtos.

Além disso, a Companhia está sujeita a inspeções periódicas e regulares por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério da Previdência Social visando ao cumprimento das normas trabalhistas e previdenciárias, incluindo as relativas à saúde e segurança no trabalho. Essas inspeções podem resultar em multas e processos que podem afetar materialmente e adversamente os negócios, os resultados e as condições financeiras da Companhia.

Para mais detalhes, veja o item 10.4 deste Formulário de Referência.

a.12) Paralisação temporária das atividades administrativas, em eventual desastre ao Datacenter principal da Companhia.

As atividades administrativas da Companhia estão suportadas nos sistemas corporativos, os quais são disponibilizados a partir do Datacenter principal da Companhia. Um desastre de maior proporção nesse Datacenter, com indisponibilidade total do ambiente, pode paralisar temporariamente as operações administrativas até que os sistemas corporativos

e os serviços de tecnologia da informação e comunicação sejam restabelecidos em outro Datacenter da Companhia. Isso pode acarretar atrasos nos processos organizacionais e gerar indisponibilidade em algumas funções, podendo prejudicar o cumprimento de alguma obrigação.

a.13) Falhas ou interrupções na infraestrutura ou sistemas de tecnologia da informação, causados por incidentes de segurança da informação.

A administração e operação da Companhia possui elevado grau de dependência da infraestrutura e dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação. Considerando que a Companhia pode ser alvo de tentativas ou ataques cibernéticos, de forma coordenada, sofisticada e persistente, na medida em que os controles e soluções implementados não sejam suficientemente capazes de combatê-los, podem impactar o fornecimento ou estabilidade desses serviços, gerando interrupções ou indisponibilidade que afetem a produção e gestão da empresa.

A Companhia está sujeita a lei e regulamentos relacionados à privacidade e proteção de dados, notadamente à Lei Nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados. Qualquer incidente ou eventual descumprimento dessas normas pode expor a Companhia a multas, penalidades, prejuízos à reputação e nos resultados operacionais.

a.14) Dificuldades na implementação de projetos de investimento, podem afetar o crescimento ou competitividade da Companhia

A Companhia continuamente investe em projetos para atualização de suas unidades, visando melhorias em processos, aumento de produtividade, redução de custos, atendimento a requisitos de segurança, saúde e meio ambiente, e continuidade de suas operações.

Durante a implementação dos projetos, a Companhia pode enfrentar obstáculos cuja gestão cause impactos indesejados, afetando assim os benefícios originalmente pretendidos. Seguem alguns exemplos:

- Aumento sobre os custos que foram estimados para a execução dos projetos;
- Dificuldades na obtenção das licenças ambientais necessárias;
- Dificuldades na aquisição de equipamentos ou nos serviços necessários para implementação dos projetos;
- Dificuldades na contratação de mão de obra especializada;
- Alterações regulatórias ou de legislação que afetem os resultados esperados dos projetos;
- Mudanças mercadológicas que tornem os projetos de investimento menos atrativos do que fora estimado pela Companhia;
- Outros motivos que possam ocasionar atrasos na execução dos projetos.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

b.1) Os interesses do acionista controlador podem ser divergentes dos interesses dos demais acionistas da Companhia.

A Fundação José Carvalho detém 98,80% das ações ordinárias da Companhia, tendo poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e controlar o resultado das principais tomadas de decisões que requerem a aprovação dos acionistas, tais como reorganizações societárias, transações com partes relacionadas e pagamento de dividendos futuros, dentre outros.

c. suas controladas e coligadas

c.1) Variáveis não controláveis e problemas operacionais podem acarretar resultados operacionais negativos de empresas investidas e afetar negativamente o resultado da Controladora.

A Companhia é controladora do Complexo Eólico BW Guirapá cujos resultados podem ser influenciados por diversos fatores que, se materializados, poderão afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia, tais como:

Incerteza climática: A principal variável é a velocidade de vento. Trata-se do mais representativo e abrangente risco à geração de energia elétrica. Existem sazonalidades de curto prazo (variações dentro do ano) e de longo prazo (variação entre médias anuais). Não há como gerir esse risco com medidas operacionais e, por outro lado, o mercado ainda não oferta condições satisfatórias para seguro contra esse risco.

Eventos climáticos catastróficos: A região onde o complexo eólico da BW Guirapá está instalado não possui histórico de eventos climáticos como tornados e outras condições extremas de vento, mas não podemos descartar o risco decorrente de raios e outros eventos que podem danificar a estrutura dos aerogeradores.

Restrições à geração de energia elétrica impostas pelo ONS (Operador Nacional do Sistema): É uma variável gerida pelo ONS com o objetivo de assegurar o bom funcionamento do sistema nacional transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade operacional: A disponibilidade dos equipamentos impacta diretamente a quantidade de energia elétrica produzida. Não há mecanismos de gestão operacional para impedir o efeito de eventos catastróficos ou mesmo a indisponibilidade em série, decorrente de falhas de projeto, eventualmente existentes e ainda desconhecidas. A incidência de avarias costuma afetar os aerogeradores de forma isolada.

Performance dos aerogeradores: A performance dos aerogeradores afeta diretamente a quantidade de energia elétrica produzida.

No tocante às demais controladas, estas têm suas instalações arrendadas à Companhia e não há riscos relevantes decorrentes desta relação.

d. seus administradores

d.1) A performance da Companhia, suas ambições e sua posição competitiva dependem significativamente da retenção de pessoal qualificado e experiente, que é moldada pela cultura da Cia.

A capacidade da Companhia em manter uma posição competitiva depende significativamente da atuação de sua administração. A eventual mudança inesperada ou renúncia de membros da Alta Administração da Companhia pode vir a prejudicar suas operações e afetar seus negócios. A Companhia pode não ser capaz de preservar a sua cultura ou ter dificuldades em substituí-los por indivíduos com a mesma experiência e qualificação profissional.

d.2) A Alta Administração poderia, eventualmente, não atender às diretrizes da Companhia, quanto a seus processos de governança e Compliance, ou à legislação vigente, o que poderia ter efeito adverso e afetar a reputação da Companhia.

Os membros da Alta Administração podem não seguir o padrão de conduta estabelecido nas diretrizes da Companhia, ou vir a ser partes ou serem mencionados em processos administrativos e judiciais, que não tenham relação com a Companhia, porém cuja instauração e/ ou resultados podem afetá-los negativamente e impactar, direta ou indiretamente, a reputação da Companhia. Não temos como prever se surgirão futuras investigações e seus eventuais desdobramentos, o que poderia ter efeito adverso e afetar a Companhia.

e. Em relação aos seus fornecedores

e.1) As atividades operacionais da Companhia dependem do fornecimento de produtos e serviços de terceiros. A indisponibilidade de fornecimento poderia gerar rupturas e impactar a capacidade de produção da Companhia, podendo afetar entregas programadas aos clientes, o resultado operacional e desempenho financeiro dos negócios.

Escassez ou dificuldades na aquisição (importação ou fornecimento local) de determinados insumos, greves e paralisações em estradas, poderiam causar rupturas de abastecimento à produção e afetar o resultado das operações, com possíveis atrasos nas entregas de produtos a clientes, o que poderia impactar o resultado financeiro da Companhia. Ademais, para outras informações sobre os riscos relacionados aos fornecedores da Companhia, vide seção 1.4, tópico “e. principais insumos e matérias-primas”.

e.2) Elevações no preço de insumos podem aumentar o custo de produção e reduzir a rentabilidade da Companhia.

Possibilidade de aumento de preço em insumos, em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos contratos, causando uma diminuição na rentabilidade da Companhia.

Adicionalmente, a ocorrência de alterações na legislação tributária, mediante a alteração de alíquotas de impostos ou a criação de novos tributos que venham a encarecer os insumos, necessários à produção da Companhia, (i) aumentando o custo final do produto a ser entregue em valores superiores àqueles que o mercado consumidor pode absorver, gerando, assim, dificuldades na comercialização dos produtos, (ii) ou a diminuição da lucratividade da Companhia, impactando negativamente as atividades, resultados operacionais e sua situação financeira.

e.3) Para o transporte de minério de suas minas até a planta metalúrgica, assim para o escoamento de produção, a Companhia utiliza os modais rodoviário e ferroviário. Uma eventual dificuldade nessa prestação de serviço logístico, seja quanto a renovar o contrato de transporte ferroviário seja de continuar operando com esse fornecedor, poderia afetar negativamente a capacidade logística da Companhia de transportar seus minérios, podendo afetar adversamente suas operações.

O minério de cromo é transportado por cerca de 390 km desde as minas operadas pela Companhia até a planta metalúrgica, localizada no Município de Pojuca, no Estado da Bahia, sendo prestado por empresa privada, através de Concessão Pública Federal (Malha Centro-Leste), cuja regulamentação e fiscalização estão a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Este transporte pode ser realizado tanto por modal rodoviário, quanto pelo ferroviário.

Uma eventual descontinuidade ou interrupção na prestação dos serviços de transporte pela concessionária, inclusive motivada por obsolescência e/ou manutenção inadequada obrigaria a Companhia a realização de robusto planejamento logístico com intensificação do transporte rodoviário. Esta intensificação poderia vir a causar impactos de relação com as comunidades, investimentos adicionais, além de impactos ambientais indesejados.

e.4) As operações da Companhia são eletrointensivas e custos mais elevados com energia podem afetar, de maneira adversa, os negócios da Companhia.

O custo com energia é composto pelo preço da energia transacionada e pelos encargos.

Caso a Companhia fique exposta a custos elevados, pode ter sua competitividade afetada e ser obrigada a reduzir a produção em função do aumento dos custos diretos de produção.

Preço de energia:

Os preços de energia no curto prazo apresentam grande volatilidade devido à característica do parque de geração do Brasil que possui grande representatividade de usinas hidráulicas, que por sua vez dependem de condições climáticas que possuem pouca previsibilidade.

A exposição aos preços de energia no curto prazo, portanto, é arriscada e indesejada.

Encargos setoriais:

Os agentes do Sistema Elétrico Brasileiro devem pagar encargos que são responsáveis por manter a operação do sistema.

Alguns dos encargos custeiam, por exemplo, o despacho de usinas térmicas que são necessárias para o sistema quando há escassez de água nos reservatórios das hidrelétricas, podendo provocar aumento significativo no custo de energia.

f. Em relação aos seus clientes

f.1) Concentração de receita em poucos clientes. Eventuais riscos de liquidez associados com esses clientes, com eventual inadimplência ou à redução na demanda de ferroligas podem afetar de maneira adversa as receitas, consequentemente a capacidade de geração de caixa e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia possui concentração de receita em poucos clientes, conforme quadro representativo, considerando o total do faturamento (mercado externo e interno):

Clientes	Representatividade %	
	2024	2023
Aperam Inox	22,23	24,96
Marubeni	13,90	17,18
Traxys	11,62	4,27
CCMA LLC	7,99	7,23
Subtotal	55,74	53,64
Outros clientes	44,26	46,36
Total	100,00	100,00

A exportação de Ferrosilício HP está concentrada na Marubeni, que é considerada pessoa vinculada por participar no capital social da controlada Silício de Alta Pureza S/A – Silbasa.

Mudanças desfavoráveis no ambiente macroeconômico e nas condições de mercado em que os clientes operam, podem afetar significativamente as suas capacidades de pagamento.

Inadimplências relacionadas aos principais clientes podem afetar negativamente as condições financeiras e operações da Companhia.

g. Em relação aos setores da economia nos quais a Companhia atue

g.1) Cenários econômicos e comerciais podem afetar adversamente a demanda e os preços dos produtos da Companhia, impactando seu crescimento e rentabilidade.

O cenário apresentado pelo Banco Mundial para as economias em desenvolvimento, responsáveis por 60% do crescimento global, é de incerteza devido a questões como a estagnação de reformas estruturais, ocorrências de guerras comerciais que desencadeiam medidas protecionistas em diversos países, além de crescentes custos relacionados às mudanças climáticas.

Em 2024, as novas restrições globais ao comércio foram cerca de cinco vezes superiores à média de 2010 a 2019. Como resultado, em 2025 a expectativa de crescimento para as

economias em desenvolvimento é a mais fraca dos últimos 25 anos e no contexto global, o PIB deve crescer 2,7% em 2025, mantendo o ritmo de 2024, segundo o Banco Mundial.

A divulgação de dados sobre a economia brasileira deve confirmar as expectativas para os principais indicadores da atividade econômica, com um crescimento de 3,5% em 2024. A recente alta do dólar tem exercido pressão sobre a inflação e consequente elevação na taxa básica de juros, o que tende a frear o crescimento do PIB ao longo de 2025. A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda estima que o Produto Interno Bruto cresça 2,5% em 2025.

Segundo a World Steel Association (WSA), a produção global de aço deve apresentar uma recuperação de 1% em 2025, após três anos consecutivos de declínio. Tal expectativa está relacionada a uma série de fatores, incluindo o desenvolvimento econômico global, inovações tecnológicas e políticas de sustentabilidade. De acordo com a WSA, esta recuperação será impulsionada principalmente por economias emergentes, com destaque para a Índia, que deve manter um forte crescimento na demanda por aço, estimado em 8% para 2025.

Como ponto de atenção, a demanda chinesa deve continuar desacelerando em 2025, porém, num ritmo mais moderado que nos últimos anos. O desempenho do setor imobiliário na China e em outras regiões do globo persiste como um importante foco de risco, que tende a se agravar diante das previsões de elevação nos custos financeiros internacionais, impulsionados por políticas monetárias restritivas adotadas para combate à inflação. Além disso, há também o receio sobre as consequências das ações protecionistas entre muitos países.

De acordo com o Instituto Aço Brasil, espera-se uma leve redução na produção de aço bruto, estimada em 33,58 Mt para 2025, o que representaria uma diminuição de 0,6% em relação a 2024.

As vendas no mercado interno também devem registrar uma queda de 0,8%, ainda refletindo a pressão exercida pelos aços importados, apesar das restrições impostas pelo governo brasileiro em 2024.

As declarações e perspectivas de mercado contidas neste Relatório foram consideradas no momento de sua construção e, portanto, estão sujeitas a mudanças decorrentes das variações nos cenários aqui apresentados.

g.2) Novos entrantes no mercado podem viabilizar importações a preços mais competitivos, de outros países para o Brasil, afetando adversamente os resultados da Companhia, sua rentabilidade e crescimento.

Concorrentes mundiais da Companhia podem ter maior poder financeiro e acesso a recursos de capital mais baratos.

Se a Companhia for incapaz de permanecer competitiva em relação a estes produtores, no futuro, sua participação no mercado pode ser afetada de modo adverso. Além disso, a pressão sobre os preços de ferroligas pelos concorrentes pode afetar a rentabilidade da Companhia.

Adicionalmente, o aumento expressivo no volume de importações de aço ocorrido em 2023 e 2024, gera impacto nos produtores de aço nacionais, que são consumidores importantes dos produtos da Cia.

h. Em relação à regulação dos setores em que a Companhia atue

h.1) Alterações relevantes no cenário político e econômico e a consequente introdução de novas políticas governamentais para a economia e outros setores do Brasil podem afetar de maneira adversa os negócios da Companhia, seu crescimento e rentabilidade.

A Companhia está exposta às políticas ou ações que o governo brasileiro venha a adotar no futuro. Ou seja, os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser prejudicados, de maneira relevante, por modificações nas políticas ou normas determinadas pelo governo brasileiro.

A divulgação de dados sobre a economia brasileira deve confirmar as expectativas para os principais indicadores da atividade econômica, com um crescimento de 3,5% em 2024. A recente alta do dólar tem exercido pressão sobre a inflação e consequente elevação na taxa básica de juros, o que tende a frear o crescimento do PIB ao longo de 2025. A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda estima que o Produto Interno Bruto cresça 2,5% em 2025.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

h.2) Alterações na legislação fiscal do Brasil podem causar aumento da carga tributária vinculada aos negócios da Companhia afetando adversamente a rentabilidade do negócio.

A ocorrência de alterações na legislação tributária, com mudanças de alíquotas de impostos ou criação de novos tributos que venham a encarecer os insumos necessários à produção da Companhia, aumentando o custo final do produto a ser entregue, em valores superiores

àqueles que o mercado consumidor possa absorver, poderá gerar dificuldades na comercialização dos produtos, ou a diminuição da lucratividade da Companhia, impactando negativamente as atividades, resultados operacionais e sua situação financeira.

A Companhia possui incentivo fiscal de imposto de renda por estar situada em área de atuação da SUDENE. No caso do ICMS há um benefício denominado Desenvolve que dilata os prazos para pagamento de 90% do imposto em até 72 meses, com desconto de 90% da parcela dilatada caso o pagamento venha a ocorrer até o 20º dia do mês da antecipação. Caso esses incentivos sejam julgados inconstitucionais ou mesmo não renovados, os resultados da Companhia serão impactados negativamente.

h.3) A Companhia está sujeita a imposições e aplicações de regulamentos setoriais cada vez mais rígidos que poderiam resultar em custos adicionais não previstos podendo inclusive impactar em restrições das suas operações.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos, que contém complexas normas de controles. Por exemplo: Normas de controle de emissões de poluentes, controles de barragens, e restrições de geração de energia eólica.

Isso exige um esforço atrelado a custos adicionais na implementação e monitoramento dos controles necessários.

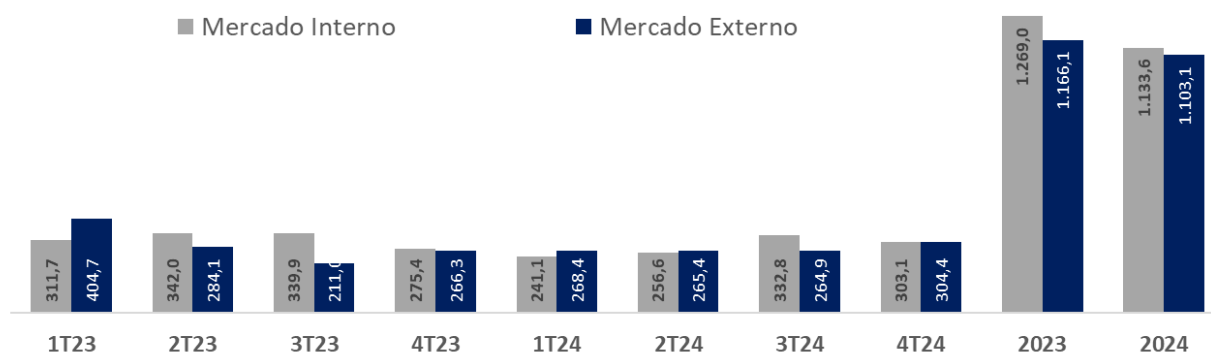
E o descumprimento dessas leis e regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio-ambiente, pode resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal, que podem ensejar desembolsos financeiros, que poderiam afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira.

i. Em relação aos países estrangeiros onde a Companhia atue

i.1) Alterações significativas nas condições regulatórias, políticas, econômicas e sociais nos países onde a Companhia mantém relação comercial podem causar um impacto negativo em seus negócios.

A Companhia pode sofrer impactos financeiros nos países em que mantém relação comercial, devido à imposição de políticas protecionistas, que envolvem desde a criação de novos tributos até o aumento dos existentes atualmente. Os negócios e o resultado operacional da Companhia podem ser parcialmente afetados pelo desempenho em certas economias, haja vista que o volume exportado representou cerca de 49,3% da Receita Líquida de 2024, conforme gráfico abaixo:

Distribuição da Receita Líquida por Mercado (Em milhões de Reais)



Tensões geopolíticas e guerras podem requerer que países importadores de produtos da Companhia ou exportadores de insumos, adotem medidas restritivas, afetando a cadeia de suprimentos, o que poderia aumentar o custo de determinados insumos e, reduzir o volume de exportação da Companhia, podendo afetar significativamente o seu resultado e desempenho financeiro.

De maneira geral, o que se refere ao ME, inúmeros desafios logísticos foram enfrentados ao longo do ano, como: conflitos no Mar Vermelho, restrições à circulação no Canal do Panamá, congestionamento nos portos, escassez de contêineres, ações protecionistas de alguns países, além do aumento no tempo de trânsito e nos custos com frete marítimo. Enfrentando este cenário externo desafiador, a Companhia conseguiu manter o volume vendido de ligas de silício e expandiu as exportações de cromo.

i.2) As medidas protecionistas antidumping do governo norte americano ao FeSi brasileiro e a salvaguarda europeia ao FeSi global poderiam gerar perdas financeiras para a Cia., em decorrência de sobretaxação de exportações ou estabelecimento de quotas.

Caso as tarifas impostas pelo Governo Americano inviabilizem a continuidade de vendas para aquele mercado, a Companhia poderia ter perdas financeiras caso não consiga alocar sua produção em mercados alternativos, uma vez que os Estados Unidos são relevantes consumidores de FeSi no mundo, apesar de não serem autossuficientes no quesito FeSi.

Em caso de impossibilidade de venda de FeSi para os Estados Unidos, os demais mercados deverão ser mais disputados, o que pode levar a uma redução nos preços de venda.

Adicionalmente, a Europa tem avançado na investigação de sua a “salvaguarda”, medida de segurança que visa a proteger a indústria europeia de possíveis danos causados por importações, o que poderia acarretar impacto no volume e preços de futuras exportações de FeSi da Companhia para aquele mercado.

j. questões sociais

j.1) Temas considerados sensíveis podem gerar adversidades e favorecer críticas por parte das comunidades localizadas no entorno da Companhia, afetando, mesmo que de forma indireta, os negócios e a reputação da Companhia

Eventos localizados, e diretamente associados a assuntos sensíveis e/ou críticos, vivenciados por grupos de interesses da Companhia, e relacionados a problemas socioambientais, hipoteticamente potencializados pela atuação da Companhia, ou pela possível ausência de mecanismos de controles internos ou outros destinados a dar maior visibilidade às ações mitigatórias, podem resultar em danos à imagem da Companhia, no seu relacionamento com as comunidades que se localizam nas regiões onde opera e, em casos extremos, paralisação temporária de atividades.

k. questões ambientais

k.1) As operações da Companhia estão sujeitas a incidentes ambientais que podem ser causados por acidente ou pela violação de padrões operacionais e de manutenção, podendo resultar em impactos ambientais significativos e afetar adversamente os negócios da Companhia.

A materialização dos riscos abaixo relacionados pode provocar um direcionamento de investimentos extraordinários para a Companhia.

- Passivos ambientais por inadequada gestão da manutenção ou funcionamento de equipamentos, como por exemplo a paralisação dos sistemas de despoejamento na metalurgia e emissão de gases no processo de produção de biorredutor, o que poderia causar alteração na qualidade do ar local;
- Gestão inadequada de resíduos, especialmente os resíduos perigosos, o que poderia causar contaminação em solos e recursos hídricos. A Companhia é responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos ou rejeitos de forma ambientalmente adequada, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 02/08/2010), podendo também ser obrigada a reparar possíveis danos ambientais, decorrentes de eventual gestão inadequada de resíduos.

k.2) O rompimento de uma barragem pode causar danos pessoais, patrimoniais, ambientais e conflitos com a comunidade.

- Em relação às barragens da Companhia, as duas barragens de rejeito da unidade de Campo Formoso se enquadram nos requisitos definidos pela Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB (Lei 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020), que em seu artigo 1º limita a aplicabilidade ampla da Lei às barragens com mais de 15 (quinze) metros de altura; com volume de reservatório maior que 3.000.000 m³ (três milhões de metros cúbicos); as que contenham resíduos perigosos; aquelas caracterizadas com Dano Potencial Associado Médio ou Alto ou com Categoria de Risco Alto.

- Todas as barragens de rejeitos da Companhia são do tipo "barragens de terra compactada", ou seja, não são construídas com rejeitos, bem como não são também alteadas completamente sobre os rejeitos (alteamento a montante), o que significa dizer que os alteamentos ora ocorridos, ou até mesmo futuros, foram e serão realizados de acordo com a estrutura anterior ou a jusante, isto é, estruturas robustas, resistentes e de baixo risco.
- Neste sentido, constam classificadas pela Agência Nacional de Mineração - ANM, as Barragens Cava Pedrinhas S4 e Cava Camarinha, como "Dano Potencial Associado Alto e Categoria de Risco Baixo".
- No que tange às barragens de água operadas pela empresa, as recentes reclassificações destas estruturas realizadas pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA imputou o Dano Potencial Alto à maioria das unidades, e neste cenário estão sendo realizadas diversas atividades voltadas à aderência legal e/ou para uma nova classificação com enquadramento mais favorável à Companhia e à sociedade, a exemplo de estudos e ações suportadas por consultorias especializadas.

k.3) A emissão de novas regulamentações ambientais ou alterações das regulamentações vigentes, que tornem as exigências ambientais mais rigorosas, pode afetar adversamente as operações da Companhia.

As operações e propriedades da Companhia estão sujeitas a uma variedade de leis e outras normas de caráter ambiental que dispõem sobre, dentre outros aspectos, licenças e registros ambientais, proteção de fauna e flora, emissões atmosféricas, gerenciamento de resíduos e de áreas contaminadas, mudanças climáticas, dentre outros.

O descumprimento de normas presentes e futuras, a administração de atuais impactos ambientais ou a identificação de novas contaminações pode nos demandar custos significativos, incluindo (a) custos de remediação, indenizações, compensações, multas, suspensão de atividades e outras penalidades, (b) investimentos para otimizar os empreendimentos ou modificar os processos ou (c) a redução das operações da Companhia.

A identificação de novas condições ambientais adversas, a aplicação e a criação de normas e obrigações mais severas, pelo poder público, ou outros eventos futuros, também podem vir a ensejar passivos ambientais relevantes e custos a eles relacionados.

A ocorrência de qualquer dos fatores acima pode ter um efeito material adverso sobre os negócios, resultados operacionais e impactos financeiros da Companhia.

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos de transição

I.1) A Companhia está sujeita a desastres naturais que podem acarretar sérios riscos para suas operações e projetos, causando impactos negativos em todos os ciclos operacionais.

As atividades operacionais da Companhia estão sujeitas a danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza (colapso e inundação de minas, secas, dentre outras).

Nas atividades de plantio, cultivo e reflorestamento com espécies de eucalipto, as condições climáticas a cada período são determinantes para as decisões de investimento neste segmento:

- O aumento da temperatura pode provocar incêndios de proporções significativas;
- O excesso de chuvas pode danificar áreas plantadas;
- O baixo índice pluviométrico pode ocasionar uma redução da curva de crescimento da floresta e, conseqüentemente, indisponibilidade de biorredutor para o processo produtivo de ferroligas;

Os extremos do índice pluviométrico de cada período podem aumentar significativamente os custos no processo de produção de biorredutor, insumo importantíssimo na produção de ferroligas, principalmente em função da dificuldade de transporte de madeira e elevação do teor de umidade do biorredutor pelas condições naturais do clima, elevada precipitação e alta umidade relativa do ar.

Adicionalmente, eventos relacionados à escassez hídrica, com períodos prolongados de seca, poderiam causar indisponibilidade de água para captação e abastecimento das operações, com impactos sobre os resultados operacionais da Companhia.

Consultar também item 4.1 “c” que trata sobre os fatores de riscos climáticos na controlada *“Resultados operacionais negativos das Centrais Eólicas (SPE’s) do complexo BW Guirapá podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia”*.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

m.1) Disseminação de pandemias, epidemias e novas doenças infecciosas, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e pressão recessiva sobre a economia brasileira, o que pode impactar diretamente as operações da Companhia, podendo afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

No dia 5 de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) da covid-19, justificado pela redução das hospitalizações e das internações em unidades de terapia intensiva resultantes da doença, bem como pelos altos níveis de imunidade da população.

Entretanto, eventos imprevisíveis, que vão além do controle da Companhia, incluindo epidemias e pandemias podem levar os governos a estabelecerem novas restrições de mobilidade tentativa de conter o alastramento de doenças, o que poderia levar, embora não ocorrido até então, à afetar a normalidade da atividade econômica da atividade Econômica, com a possível oscilações da sua cadeia de suprimentos, deterioração da saúde financeira de clientes, custos e despesas mais elevados, dificuldades operacionais. A Companhia poderia precisar adotar medidas de contingência adicionais, o que poderia causar um impacto material adverso em sua produção e vendas, resultar em custos e despesas não orçadas e, eventualmente, impactar adversamente suas condições financeiras ou resultados operacionais.

4.2 Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos Descrição dos fatores de risco

1. Cenários econômicos e comerciais podem afetar adversamente a demanda e os preços dos produtos da Companhia, impactando seu crescimento e rentabilidade.
2. A volatilidade da taxa de câmbio, principalmente em relação ao dólar americano, pode afetar a condição financeira e os resultados da Companhia.
3. Problemas operacionais, falhas ou indisponibilidade de determinados ativos e sinistros em equipamentos críticos, problemas geotécnicos, invasão de terras, inundações, podem afetar negativa e significativamente os negócios e o desempenho financeiro da Companhia.
4. Alterações significativas nas condições regulatórias, políticas, econômicas e sociais nos países onde a Companhia mantém relação comercial podem causar um impacto negativo em seus negócios.
5. As operações da Companhia estão sujeitas a incidentes ambientais que podem ser causados por acidente ou pela violação de padrões operacionais e de manutenção, podendo resultar em impactos ambientais significativos e afetar adversamente os negócios da Companhia.

A volatilidade da taxa de câmbio, principalmente em relação ao dólar americano podem afetar a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

As transações comerciais de venda da Cia., assim como uma parcela dos seus custos, são realizadas em moeda estrangeira. Conseqüentemente, existe a exposição às variações nas taxas de câmbio.

Uma vez que os preços de seus produtos, tanto no mercado doméstico quanto nas exportações, são indexados predominantemente ao dólar norte-americano, enquanto a maior parte dos custos, despesas e investimentos ocorrem em reais, as oscilações na taxa de câmbio podem gerar alta volatilidade no fluxo de caixa, nos resultados e, por consequência na distribuição de proventos da Companhia.

Além de efetuar transações em moeda estrangeira nas exportações de ferroligas e minério de cromo, além de importações de coque, as vendas no mercado interno possuem precificação atrelada ao mercado global de commodities convertida no momento da venda pelo dólar médio do mês anterior.

Como os custos operacionais são basicamente em moeda local, esse descasamento pode gerar um impacto para Companhia.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Política de Gestão de Risco Financeiro, aprovada pelo Conselho de Administração, e prevê uma prática de hedge para o risco cambial sobre parte de seu faturamento previsto.

De forma a minimizar o risco cambial, mas ainda mantendo determinada exposição à variação cambial, a Diretoria Executiva está autorizada a realizar contratos de venda de dólares a termo (NDF: *Non-Deliverable Forward*), Travas de Exportação e ACCs (Adiantamento de Contratos de Câmbio) até o limite de 20% do faturamento líquido estimado para os próximos 12 meses, para proteger seus resultados e seu caixa, considerando o impacto que a volatilidade cambial tem sobre esses. Qualquer contratação adicional necessita da autorização do Conselho de Administração, conforme estabelecido na Política de Gestão de Risco Financeiro da Companhia, cuja revisão foi aprovada em Janeiro de 2023.

Análise de sensibilidade para mudanças na taxa de câmbio:

Para fins de análise de sensibilidade, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa de câmbio fim do período, conforme Relatório Focus emitido em 21 de janeiro de 2025.

	Vencimento	31/12/2024		Cenário I	
		US\$	R\$	Taxa	Ganho / (Perda) R\$
<u>Controladora e Consolidado</u>					
Contas a receber de clientes (líquido PECLD)	2025	6.141	38.023	6,0000	(1.177)
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	2025	34.770	215.306	6,0000	6.686

	Vencimento	31/12/2024 - Contratado			Cenário I	
		US\$	R\$	Taxa média ponderada (R\$)	Taxa US\$	Ganho / (Perda) R\$
<u>Controladora e Consolidado</u>						
Travas de exportação	2025	7.408	43.459	5,8668	6,0000	(987)

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, tendo como principal fonte de dados a B3. Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos, com cotação pública, são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e títulos, não listados em Bolsa de Valores, não estiverem ativos, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, com referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto.

Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros decorre da possibilidade, em função de mudanças no mercado financeiro, de alteração dos valores dos papéis adquiridos na carteira de aplicações financeiras, advindos de sua marcação a mercado, da escolha de indexadores e da opção por taxas prefixadas ou pós fixadas, bem como no valor presente e custo dos empréstimos e financiamentos.

Para o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas consideram como cenário I (provável) a taxa básica fim de juros para o ano de 2025 de 15,0%a.a., conforme Relatório Focus de 21 de janeiro de 2025.

	Taxa fechamento 31/12/2024 – a.a.	Cenário I Provável
<u>Riscos de taxas de juros</u>		
Taxa básica de juros – (% a.a.)	12,25%	15,00%
<u>Controladora</u>		
Saldo de aplicações financeiras (notas explicativas nº 9 e nº 10)	954.501	1.080.598
Efeito líquido		126.097
<u>Consolidado</u>		
Saldo de aplicações financeiras (notas explicativas nº 9 e nº 10)	1.122.069	1.268.924
Efeito líquido		146.855

Para o saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas consideram como cenário I (provável) a TJLP fim para o ano de 2025 de 7,43%a.a. e para o CDI (Certificado de Depósito Interbancário), 14,9%a.a..

Riscos de taxas de juros (nota explicativa nº 21)	Taxa fechamento 31/12/2024 - a.a.	Cenário I Provável
<u>Taxa de juros - TJLP - (% a.a.)</u>	7.43%	7,97%
Controladora:		
Saldo de empréstimos e financiamentos	4.198	4.532
Efeito líquido		(334)
<u>Taxa de juros - TJLP - (% a.a.)</u>		
Consolidado:		
Saldo de empréstimos e financiamentos	193.239	208.639
Efeito líquido		(15.400)
<u>Taxa de juros - CDI - (% a.a.)</u>	12,15%	14,90%
Controladora e Consolidado:		
Saldo de empréstimos e financiamentos	10.792	12.400
Efeito líquido		(1.608)

Sensibilidade gerada apenas com base na oscilação da taxa de juros, ou seja, desconsiderando outras variáveis sobre o saldo aplicado.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contrapartes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

A Companhia limita a alocação das suas aplicações financeiras a cada emissor de letra financeira, debêntures ou títulos ao máximo de 30% do volume das aplicações. Este limite não se aplica para títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.

Nas operações de derivativos, a Companhia trabalha com instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhuma operação de derivativos em aberto.

O risco de crédito de clientes é monitorado e não há histórico material de perdas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros para o cumprimento das suas obrigações, principalmente as de curto prazo.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas financeiras próprias, linhas de crédito para captação de empréstimos julgados apropriados e através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa real e projetados.

Risco de concentração de receitas

Sendo a líder nacional na produção de ferroligas e única produtora de Ferrocromo das Américas, a Companhia possui concentração de faturamento em alguns clientes, os quais foram representativos em 2024. No mercado interno, para o Ferrocromo, são os clientes Aperam Inox e Magotex Brasil e, no mercado externo, para o Ferrossilício, Marubeni

Corporation e CCMA. Eventuais reduções na demanda destes clientes poderão causar impactos significativos na capacidade de geração de caixa da Companhia.

Nesse contexto, a Cia. vem mantendo um foco constante em iniciativas para redução nos custos com vistas ao aumento de competitividade internacional, além do aprimoramento de sua estratégia de diversificação no portfólio de clientes, com destaque para o mercado externo.

Adicionalmente, para mitigar o risco de concentração, a Companhia possui reservas financeiras e mantém um adequado relacionamento com instituições bancárias de primeira linha para obtenção de linhas de crédito pré-aprovada, corresponde a, aproximadamente, R\$ 640 milhões.

Risco de preço de commodities / Redução nas receitas devido às oscilações nos preços no mercado internacional de commodities

Refere-se à exposição às variações dos preços dos produtos finais (ligas), podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende que a exposição a este risco faz parte da natureza do seu negócio. O comportamento destas flutuações pode afetar adversamente as receitas da Companhia e sua consequente rentabilidade. No momento não existem instrumentos financeiros de hedge de preços para ferroligas e minério de cromo para a mitigação deste risco.

PROCESSOS TRABALHISTAS

Processo nº 0001272-62.2012.5.05.0222	
a. Juízo	Justiça do Trabalho - TRT 5ª Região - 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas/BA
b. Instância	Superior (TST)
c. Data de instauração	18/10/2012
d. Partes no processo	Autor MPT Réu Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 18.872.825,76 (Valor da causa declarado em Petição Inicial, atualizado até dezembro/2024)
f. Principais fatos	Ação Civil Pública que questiona suposta irregularidade na terceirização de atividades de Silvicultura.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	1. Sentença, em 1ª instância, julgando a ação improcedente; 2. Acórdão em RO, 2ª instância, reformando a sentença e julgando a ação parcialmente procedente.
h. Estágio do processo	Em 24/01/2014, foi publicada sentença julgando a ação totalmente improcedente. Em 30/04/2014, foi interposto Recurso Ordinário pelo MPT, ao qual foi dado provimento parcial pelo TRT, que declarou ilícitas as terceirizações na Área Florestal, e condenou a Companhia no pagamento de indenização por danos morais coletivos de R\$ 1.000.000,00, conforme acórdão publicado em 28/04/2016. Em 03/05/2016, a FERBASA opôs Embargos de Declaração em RO, aos quais foi dado provimento parcial, para conceder o efeito suspensivo perseguido pela Empresa. Em 15/02/2017, foi interposto Recurso de Revista pela FERBASA e, em 18/12/2019, Agravo de Instrumento em RR, os quais foram distribuídos perante o TST, em novembro/2021, se encontrando pendentes de julgamento pelo referido Tribunal.
i. Chances de perda	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Possibilidade de impacto financeiro e operacional.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro e operacional, tendo sido realizado o provisionamento de R\$ 1.115.919,74 (dezembro/2024), considerando a fase e o histórico processual.

Processo nº 0000264-93.2020.5.05.0311	
a. Juízo	Justiça do Trabalho - TRT 5ª Região - Vara do Trabalho de Senhor do Bonfim/BA
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	17/08/2020
d. Partes no processo	Autor MPT Réu Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.147.565,19 (Valor da causa declarado em Petição Inicial, atualizado até dezembro/2024)
f. Principais fatos	Ação Civil Pública que visa a condenação da Ferbasa no pagamento de R\$ 3.000.000,00 a título de danos morais coletivos, bem como em obrigações de fazer relacionadas a segurança do trabalho, em razão de acidente fatal ocorrido nas dependências da Empresa em julho/2019.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	1. Sentença, em 1ª instância, julgando a ação totalmente improcedente. 2. Acórdão em RO, 2ª instância, reformando a sentença e julgando a ação parcialmente procedente.
h. Estágio do processo	Em 07/02/2024, foi publicada Sentença julgando a ação totalmente improcedente. Na mesma data, foi interposto Recurso Ordinário pelo MPT, ao qual foi dado provimento parcial pela TRT/05, reformando-se a sentença para condenar a Ferbasa no pagamento de R\$ 500.000,00 de indenização por danos morais coletivos. Face à referida decisão, será interposto Recurso de Revista pela Ferbasa.
i. Chances de perda	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Possibilidade de impacto financeiro e operacional.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro e operacional, tendo sido realizado o provisionamento de R\$ 800.000,00 (dezembro/2024), considerando o entendimento jurisprudencial acerca do tema discutido na demanda.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTARIOS

Processo de Crédito nº 13501.000019/2002-27 / Proc de Cobrança nº 13502-721.069/2018-07 / Proc Administrativo nº 13502.721325/2020-72	
a. Juízo	Receita Federal - Salvador/BA
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	28/01/2002
d. Partes no processo	Autor Receita Federal Réu Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 17.863.729,48 (Valor excluído das compensações pela RFB, por suposta duplicidade, atualizado até dezembro/2024)
f. Principais fatos	Trata-se de despacho decisório que reconheceu o direito creditório no valor de R\$13.457.234,36, atualizado até outubro de 1995, correspondente ao crédito-prêmio de IPI concedido por meio de decisão judicial proferida na ação judiciária nº 00.00.60209-4 (nova numeração nº 0001078-15.1987.4.01.3300), homologando totalmente os pedidos de compensações conforme "Anexo 03-Consolidação das Compensações", processo de cobrança nº 13502-721069/2018-07. Não obstante, a RFB promoveu indevidamente a exclusão das compensações no valor total de R\$ 3.223.000,00 diante de suposta duplicidade, bem como deixou de reconhecer a existência de crédito remanescente, justificando a abertura de contencioso administrativo. Em seguida, abriu-se discussão quanto ao reconhecimento do direito creditório do saldo remanescente apurado no valor R\$ 4.563.790,01, o que implicou em nova numeração do processo para 13502-721.325/2020-72. OBS.: PAF relacionado ao Mandado de Segurança nº 1008024-96.2018.4.01.3300, ainda em trâmite.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	1. Acórdão julgando parcialmente procedente a Manifestação de Inconformidade apresentada pela Cia. 2. Acórdão do CARF dando provimento ao Recurso Voluntário da Cia., para reconhecer o direito ao crédito remanescente apurado.
h. Estágio do processo	Em 03/04/2020, foi apresentada Manifestação de Inconformidade pela Cia. Em 10/03/2022, foi proferido Acórdão, no bojo do proc. nº 13502.721325/2020-72, julgando parcialmente procedente a manifestação de inconformidade. Em 08/04/2022, a Ferbasa apresentou Recurso Voluntário ao CARF, para que fosse reconhecido o direito ao crédito remanescente apurado após a homologação das compensações, no valor histórico de R\$ 4.563.790,01 (mar/23). Em 18/03/2024, foi dado provimento ao Recurso da FERBASA, adotando-se, em seguida, providências necessárias à realização de compensação de ofício. Em 27/12/2024, foi emitido despacho informando a correção da memória de cálculo do crédito reconhecido, perfazendo o valor de R\$ 59.375.673,57. Em 20/01/2025, o processo foi arquivado, após a Ferbasa ter recebido o pagamento do crédito envolvido.
i. Chances de perda	Remota
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Possibilidade de impacto financeiro.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro, não havendo provisionamento de valores ou indicação de valor de risco, considerando o êxito da Cia. na demanda, com o recebimento do crédito envolvido.

Processo Administrativo nº 15588.720200/2022-10	
a. Juízo	Receita Federal - Salvador/BA
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	28/01/2002
d. Partes no processo	Autor Réu Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 18.734.936,41 (Valor do Auto de Infração, atualizado até dezembro/2024)
f. Principais fatos	Trata-se de lançamento de ofício das contribuições ao PIS e Cofins, apuradas no regime não cumulativo para os meses de janeiro de 2018 até dezembro de 2019. A exigência decorre da glosa de créditos de PIS/Cofins apropriados pela Contribuinte na aquisição de alguns insumos. Além disso, exigiu-se débitos de PIS/Cofins decorrentes de diferença no método de exclusão do ICMS da receita tributável pelas contribuições.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Ainda não foram proferidas decisões de mérito.
h. Estágio do processo	Em 17/10/2022, a Cia. tomou ciência do Auto de Infração, apresentando Impugnação em 16/11/2022, bem como Impugnação Complementar em 07/03/2023. Em 22/02/2024, foi divulgado acórdão dando parcial provimento à Impugnação para reduzir o valor principal exigido de R\$ 9.359.069,36 para R\$ 5.666.368,02. Em 22/03/2024, foi interposto Recurso Voluntário pela FERBASA, ainda pendente de julgamento.
i. Chances de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Possibilidade de impacto financeiro.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro, não havendo provisionamento de valores ou indicação de valor de risco, considerando a fase processual, bem como o entendimento dos assessores jurídicos da Companhia quanto ao mérito da demanda.

PROCESSOS TRIBUTÁRIOS

Processo nº 1008024-96.2018.4.01.3300	
a. Juízo	Justiça Federal - Seção Judiciária da Bahia - 13ª Vara Federal de Salvador/BA
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	06/09/2018
d. Partes no processo	Autor Réu Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA Delegado da Receita Federal do Brasil em Lauro de Freitas/BA
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 183.394.086,93 (Valor da causa declarado em Petição Inicial, atualizado até dezembro/2024)
f. Principais fatos	Mandado de Segurança que visa assegurar o direito líquido e certo da FERBASA de que a existência de execução judicial de honorários de sucumbência não seja óbice para que sejam homologadas a compensação de débitos com créditos decorrente de sentença judicial transitada em julgado, controladas no PAF nº 13501.000019/2002-27 (PAF de débito 13502-721.069/2018-07 - Crédito prêmio de IPI). OBS.: Mandado de Segurança relacionado ao Processo de Crédito nº 13501.000019/2002-27 e ao Processo de Cobrança nº 13502-721.069/2018-07, já arquivado.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	1. Sentença, em 1ª instância, concedendo a segurança.
h. Estágio do processo	Em 04/12/2019, foi proferida sentença concedendo a segurança, para determinar que a Autoridade Coatora processe e homologue a compensação administrativa de direitos creditórios controlada no PAF nº 13501.000019/2002-27 (PAF de débito 13502-721.069/2018-07), independentemente da existência de execução dos honorários de sucumbência pelo advogado da empresa. Em 22/01/2020, foi interposto Recurso de Apelação pela Fazenda Nacional, ainda pendente de julgamento.
i. Chances de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Possibilidade de impacto financeiro.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro, com reflexo direto nos Processos de Crédito nº 13501.000019/2002-27 e de Cobrança nº 13502-721.069/2018-07, onde serão provisionados valores ou indicados valores de risco, se necessário.

Processo nº 0029811-29.2003.4.01.3300	
a. Juízo	Justiça Federal - Seção Judiciária da Bahia - 10ª Vara Federal de Salvador/BA
b. Instância	1ª Instância / Execução
c. Data de instauração	25/11/2003
d. Partes no processo	Autor Réu Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 41.144.929,90 (Valor da causa declarado em Petição Inicial, atualizado até dezembro/2024)
f. Principais fatos	Ação Declaratória em que a FERBASA pretende a declaração do direito à correção monetária plena dos valores arrecadados a título de Empréstimo Compulsório.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença de parcial procedência transitada em julgado.
h. Estágio do processo	Sentença de parcial procedência transitada em julgado, encontrando-se o feito em fase de execução. Em 16/12/2014, a Eletrobrás reconheceu como sendo devidos R\$ 6.346.434,57, assim distribuídos: FERBASA R\$ 4.372.854,98; Damacal R\$ 25.744,81; Serjana R\$ 14.905,44 e Jacurici R\$ 1.932.929,34, tendo sido creditado em conta da FERBASA valor incontroverso aproximado de R\$ 7 milhões. A execução prosseguiu quanto ao valor controvertido de aproximadamente R\$ 20 milhões, considerando os cálculos da FERBASA. Após apresentação de Laudo pelo Perito do Juízo, e manifestação das Partes, foi proferido despacho, em 15/12/2016, determinando que a Eletrobrás depositasse a parte que entendia incontroversa. Após realização do referido depósito, em 31/03/2017, foi realizado levantamento de R\$ 5.193.776,34 (R\$5.175.088,06 pela Ferbasa e R\$17.639,35 pela Serjana). Em 06/04/2017, foi efetuado o levantamento de mais R\$2.318.476,47 (R\$2.287.539,74 pela Jacurici e R\$ 30.467,89 pela Damacal), com o prosseguimento a execução em relação à parte controversa. Processo segue em fase de perícia, com a discussão dos cálculos pelas partes.
i. Chances de perda	Remota
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Possibilidade de impacto financeiro.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro, com possibilidade de aumento de caixa, somente após o trânsito em julgado da ação, e se confirmado o êxito da FERBASA na demanda.

Processos nº 1009566-52.2018.4.01.3300		
a.	Juízo	Justiça Federal - Seção Judiciária da Bahia - 14ª Vara Federal de Salvador/BA
b.	Instância	1ª Instância
c.	Data de instauração	19/10/2018
d.	Partes no processo	Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA
		Agência Nacional de Mineração
e.	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 135.880.326,30 (Valor da Causa declarado em Petição Inicial, correspondente à soma dos valores apurados nos Processos Administrativos nº 971.135/2006 e nº 971.137/2006, atualizado até dezembro/2024)
f.	Principais fatos	Demanda ajuizada originalmente como Medida Cautelar antecedente à futura ação principal anulatória, com vistas a assegurar à FERBASA, em sede de liminar, o direito de antecipar a garantia do crédito CFEM decorrente dos Processos Administrativos de Cobrança nº 971.135/2006 (NFLDP nº 020/2006) e nº 971.137/2006 (NFLDP nº 022/2007), mediante (i) depósito judicial do valor incontroverso de R\$ 5.638.729,06 e (ii) Apólice de Seguro quanto ao restante do valor, impedindo que os referidos débitos impactem a regular atividade minerária da Autora no âmbito da Ré. Em seguida, foi apresentado pela Cia. o aditamento da Petição Inicial, para requerer a improcedência dos débitos de CFEM objeto da ação, convertendo a demanda em Ação Anulatória. OBS.: Ajuizadas, pela ANM, as <u>Ações de Execução nº 0000527-69.2019.4.01.3314</u> e nº <u>1018955-90.2020.4.01.3300</u> , para a cobrança dos valores relativos aos Processos Administrativos nº 971.135/2006 e nº 971.137/2006, sendo que as referidas Execuções se encontram suspensas até trânsito em julgado desta Ação Anulatória.
g.	Resumo das decisões de mérito proferidas	1. Decisão liminar, em 1ª instância, reconhecendo parcialmente o direito da Cia., por prescrição, bem como convertendo em renda (pagamento) o depósito de valor incontroverso realizado pela Ferbasa.
h.	Estágio do processo	Nas primeiras manifestações do processo, a ANM reconheceu parcialmente o direito da Companhia por conta da prescrição, reduzindo o valor exigido pelo débito de CFEM para R\$ 39.146.524,34 (novembro/2020). Além disso, foi realizada a conversão em renda (pagamento), em favor da ANM, do depósito judicial efetuado pela FERBASA em relação ao valor que reconheceu como devido (R\$ 5.638.729,06). Em 05/10/2020, foi proferida decisão (i) declarando a perda parcial do objeto da ação em relação aos débitos no valor de R\$ 19.041.529,46, indicados na CDA n. 07.138436.2019 (NUP 48407.971137/2006-06), por força do ajuizamento da respectiva execução fiscal, e (ii) aceitando a última apólice de seguro ofertada pela FERBASA, para garantia do débito remanescente. Em 10/11/2023 foi realizado o ajuste na apólice de seguro garantia pela FERBASA, após a apropriação do depósito judicial convertido em renda em favor da ANM. Processo segue em fase de produção de prova pericial.
i.	Chances de perda	Possível
j.	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Possibilidade de impacto financeiro.
k.	Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro, não havendo provisionamento de valores ou indicação de valor de risco, considerando a fase e o histórico processual - onde houve reconhecimento de prescrição de parte do débito inicial e pagamento da parcela incontroversa pela FERBASA -, bem como o entendimento dos assessores jurídicos da Companhia quanto ao mérito do saldo remanescente das atuações.

Processos nº 1036954-85.2022.4.01.3300		
a.	Juízo	Justiça Federal - Seção Judiciária da Bahia - 7ª Vara Federal de Salvador/BA
b.	Instância	1ª Instância
c.	Data de instauração	10/06/2022
d.	Partes no processo	Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA
		Agência Nacional de Mineração
e.	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.869.234,47 (Valor da Causa declarado em Petição Inicial, correspondente à soma dos valores apurados nos Processos Administrativos nº 875.675/2012 (NFLDP nº. 2387/2016), nº 870.922/2011 (NFLDP nº 2386/2016), nº 872.428/2009 (NFLDP nº. 2385/2016), nº 872.273/2003 (NFLDP nº 2384/2016), nº 970.491/2000 (NFLDP nº 2382/2016), nº 971.017/1986 (NFLDP nº 2381/2016) e nº 971.017/1986 (NFLDP nº. 2380/2016), atualizado até dezembro/2024)
f.	Principais fatos	Demanda ajuizada originalmente como Medida Cautelar antecedente à futura ação principal anulatória, com vistas a assegurar à FERBASA, em sede de liminar, o direito de antecipar a garantia do crédito CFEM decorrente dos Processos Administrativos de Cobrança nº 875.675/2012 (NFLDP nº. 2387/2016), nº 870.922/2011 (NFLDP nº 2386/2016), nº 872.428/2009 (NFLDP nº. 2385/2016), nº 872.273/2003 (NFLDP nº 2384/2016), nº 970.491/2000 (NFLDP nº 2382/2016), nº 971.017/1986 (NFLDP nº 2381/2016) e nº 971.017/1986 (NFLDP nº. 2380/2016), mediante (i) depósito judicial do valor incontroverso e (ii) Apólice de Seguro quanto ao restante do valor, impedindo que os referidos débitos impactem a regular atividade minerária da Autora no âmbito da Ré. Em seguida, foi apresentado pela Cia. o aditamento da Petição Inicial, para requerer a improcedência dos débitos de CFEM objeto da ação, convertendo a demanda em Ação Anulatória. OBS.: Ajuizada, pela ANM, a <u>Ação de Execução nº 1032073-65.2022.4.01.3300</u> , para a cobrança dos valores relativos ao Processo Administrativo nº 971.017/1986 (NFLDP nº 2381/2016), bem como a <u>Ação de Execução nº 1038290-27.2022.4.01.3300</u> , para cobrança de crédito tributário objeto da CDA nº 07.153196.2022 e 07.153198.2022 (Proc. de cobrança nº 970.491/2000 e 971.017/1986), sendo que as referidas Execuções se encontram suspensas até trânsito em julgado desta Ação Anulatória.
g.	Resumo das decisões de mérito proferidas	Ainda não foram proferidas decisões de mérito.
h.	Estágio do processo	Em 10/06/2022, a ação foi ajuizada e, em 04/07/2022, a Cia. apresentou petição comprovando a realização de depósito judicial (pagamento) do valor incontroverso. Em 03/08/2022, foi proferida decisão concedendo a medida cautelar pleiteada, para aceitar a garantia ofertada pela Empresa. Em 23/04/2024, foi apresentada Contestação pela ANM, e, em 25/06/2024, foi apresentada Réplica pela Ferbasa. Processo segue em fase de produção de prova pericial.
i.	Chances de perda	Possível
j.	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Possibilidade de impacto financeiro.
k.	Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro, não havendo provisionamento de valores ou indicação de valor de risco, considerando a fase e o histórico processual - onde houve pagamento da parcela incontroversa pela FERBASA -, bem como o entendimento dos assessores jurídicos da Companhia quanto ao mérito do saldo remanescente das atuações.

PROCESSOS CIVEIS

Processo nº 0035298-57.2015.4.01.3300	
a. Juízo	Justiça Federal - Seção Judiciária da Bahia - 14ª Vara Federal de Salvador/BA
b. Instância	2ª Instância - TRF/1ª Região
c. Data de instauração	12/11/2015
d. Partes no processo	Autor Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA Réu IBAMA
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.147.529,76 (Valor da causa declarado em Petição Inicial, atualizado até dezembro/2024)
f. Principais fatos	Ação Anulatória que visa desconstituir infração ambiental apurada através do processo administrativo nº 02006.000905/2007-30, no qual a Fazenda Juruaba foi autuada por receber 2.304.708 ST de lenha nativa em diversas espécies, sem licença válida para o armazenamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	1. Sentença, em 1ª instância, julgando a ação improcedente.
h. Estágio do processo	Em 03/04/2017 foi publicada sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pela Ferbasa. Tanto a Cia. quanto o IBAMA interpuseram Apelação em 01/06/2017 e 28/07/2017, respectivamente, encontrando-se o feito pendente de apreciação daqueles recursos pelo TRF/1ª Região.
i. Chances de perda	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Possibilidade de impacto financeiro.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro, uma vez que a improcedência da Ação Anulatória implicará na necessidade de pagamento da multa estabelecida no processo administrativo nº 02006.000905/2007-30, onde as discussões já foram encerradas e há o provisionamento de R\$ 1.181.675,67 (dezembro/2024), para quitação da penalidade ali imposta.

Processo nº 8001285-24.2021.8.05.0200	
a. Juízo	Justiça Estadual - Vara Cível de Pojuca/BA
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	17/12/2021
d. Partes no processo	Autor J.E.C.C. Réu Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA e F.J.C.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.944.168.868,06 (Valor da causa declarado em Inicial, atualizado até dezembro/2024)
f. Principais fatos	Ação Declaratória por meio da qual busca-se a nulidade do ato de instituição da F.J.C. e de dotações feitas por J.C.C.F. às rés, bem como a reparação por perdas e danos. A demanda foi precedida pela Ação Cautelar de Exibição de Documentos nº 0000819-84.2012.8.05.0200, hoje objeto do Cumprimento de Sentença nº 8000379-29.2024.8.05.0200, destinada a permitir o acesso a documentos que, no entendimento da parte autora, serviriam de lastro probatório à Ação Declaratória.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Ainda não foram proferidas decisões de mérito na Ação Declaratória.
h. Estágio do processo	Ação Declaratória foi ajuizada em 17/12/2021, tendo sido apresentada Defesa pelas Rés em 01 e 02/02/2023, encontrando-se em fase de instrução / produção de provas. Em paralelo, em 22/11/2022, foi proferida sentença de procedência na Ação Cautelar nº 0000819-84.2012.8.05.0200, a qual é objeto (i) de recurso de apelação de ambas as partes, ainda pendentes de julgamento, e (ii) de execução provisória, por meio do Cumprimento de Sentença nº 8000379-29.2024.8.05.0200, tendo sido disponibilizadas pelas Rés cópias autenticadas dos documentos, em cumprimento daquela decisão.
i. Chances de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Possibilidade de impacto financeiro e risco de dano à imagem.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro e de dano à imagem, não havendo provisionamento de valores ou indicação de valor de risco, considerando a fase processual, bem como o entendimento dos assessores jurídicos da Companhia quanto ao mérito da demanda.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4 é de R\$ 3.097.595,41.

PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES**Processo nº 8000159-12.2016.8.05.0200**

a.	Juízo	Justiça Estadual da Bahia - Vara Cível e Comercial de Pojuca/BA	
b.	Instância	1ª Instância	
c.	Data de instauração	27/04/2016	
d.	Partes no processo	Autor	J.E.C.C.
		Réu	Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA F.J.C.
e.	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 188.579.753,30 (Valor da causa declarado em Petição Inicial, atualizado até dezembro/2024)	
f.	Chances de perda	Possível	
g.	Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro e de dano à imagem, não havendo provisionamento de valores ou indicação de valor de risco, considerando a fase processual, bem como o entendimento dos assessores jurídicos da Companhia quanto ao mérito da demanda.	

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS

Processos nº 13502-901.642.2014-22, nº 13502-901.644.2014-77, nº 13502-901.645.2014-66, nº 13502-901.646.2014-19, nº 13502-901.647.2014-55, nº 13502-901.648.2014-08, nº 13502-901.649.2014-44, nº 13502-901.650.2014-79, nº 13502-901.644.2014-11 e nº 13508-901.641.2014-88.

a.	Fato e/ou causa jurídica semelhante	PIS/COFINS - Avaliação de risco realizada, com base em opinativo jurídico especializado, sobre créditos extemporâneos lançados e compensados com tributos federais.
b.	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 18.218.070,13 (estimativa dos créditos extemporâneos, atualizados até dezembro/2024)
c.	Prática da Companhia ou de suas controladas que causou tal contingência	Em 2012, pautada em análise realizada por advogados especializados, a Companhia efetuou um trabalho de escrituração de crédito extemporâneo de PIS e COFINS. Posteriormente, aquela análise jurídica foi revisada, tendo sido alterado o entendimento quanto à possibilidade de êxito, o que motivou o provisionamento de valores pela Cia. Em 2015, foram recepcionados 10 (dez) Despachos Decisórios, oriundos de 10 (dez) processos administrativos em destaque, relativos à glosa de créditos recuperados em PERDCOMPs decorrentes da apropriação do crédito extemporâneo em questão. A FERBASA apresentou, tempestivamente, Manifestações de Inconformidades nos referidos processos, que se encontram pendentes de julgamento. Em razão dos mencionados fatos, atualmente, a Companhia mantém em suas provisões o valor de R\$ 18.218.070,13 (dezembro/2024).

AÇÕES PROMOVIDAS PELA ABRACE

Processos nº 0024648-39.2015.4.01.3400, 0028882-30.2016.4.01.3400 e 1035326-57.2019.4.01.3400 - CDE 2015, 2016 e 2019

a.	Partes nos processos	Autor	ABRACE - Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia
		Réus	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS
b.	Principais fatos	Tratam-se de Ações Declaratórias, com pedido de antecipação de tutela, em que a ABRACE pleiteia, linhas gerais, a exclusão de valores calculados pela ANEEL relativamente aos anos de 2015 e 2016 da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Tecnicamente, a FERBASA não figura como parte dos processos. Contudo, como as empresas associadas à época do ajuizamento das ações são beneficiadas por eventuais decisões favoráveis, e considerando que as demandas contam/contavam com liminar concedendo a antecipação dos efeitos da tutela, os advogados da ABRACE recomendam o provisionamento dos valores controversos. Os processos 0024648-39.2015.4.01.3400 e 0028882-30.2016.4.01.3400 contam com sentença favorável à ABRACE e encontram-se pendentes de julgamento de recursos interpostos pela ANEEL. Já o processo 1035326-57.2019.4.01.3400 foi julgado improcedente e encontra-se pendente de julgamento de recurso interposto pela ABRACE.	
c.	Análise da relevância das contingências	Financeiro, havendo reflexos para a FERBASA, apesar de a mesma não figurar como parte nos processos, razão pela qual a Companhia realizou provisão de R\$19.191.506,56 (dezembro/2024).	

A Companhia entende que uma efetiva gestão de riscos é fundamental para suportar o atingimento dos seus objetivos e para garantir a solidez e a continuidade dos seus negócios. Dessa forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos, visando assegurar o atingimento dos objetivos do negócio, identificando e comunicando tempestivamente a necessidade de adequação dos procedimentos operacionais, a fim de alinhar o nível de exposição aos riscos com as diretrizes da Companhia.

A Política de Gestão de Riscos visa a uma estrutura de controle compatível com as suas operações, buscando mensurar a exposição aos riscos e garantir que estes sejam adequadamente gerenciados, identificados, analisados, controlados e reportados de maneira eficiente e eficaz.

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a) **Se o emissor possui uma Política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Política de Gestão de Riscos da Companhia foi validada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração na data de 30/05/2016, e pode ser encontrada na intranet e no site oficial da Companhia “www.ferbasa.com.br”.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos:

A Política de Gestão de Riscos da Companhia estabelece princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades, orientando sobre o processo de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento dos eventos internos e externos, capazes de afetar o atingimento dos objetivos da Companhia, visando a manter os riscos em um nível de tolerância aceitável e reduzindo o grau de exposição a partir da implementação de controles e acompanhamento das ações por parte da gestão.

A política e os sistemas de gerenciamento de riscos serão revisados quando necessários, para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia utiliza ferramentas internacionais de gestão de riscos como a Metodologia de Gestão de Riscos – COSO.

Os objetivos da política são:

- Identificação dos riscos inerentes ao negócio para análise, avaliação, priorização e mitigação;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos relevantes existentes nos processos de negócio;
- Minimização dos conflitos de interesse;
- Aderência aos objetivos do processo de Gestão de Riscos por todos os funcionários;
- Compreensão das funções e as responsabilidades dos usuários-chave das áreas da Companhia;

- Os objetivos estratégicos da Companhia sejam plenamente atendidos e alinhados com os critérios regulamentares vigentes dos segmentos em que atua.

A Companhia possui ainda uma Política de Gestão de Risco – Gestão Financeira, revisada em 19/01/2023, a qual estabelece as diretrizes para identificar e analisar os riscos de mercado enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

i) riscos para os quais se busca proteção

Os riscos da Companhia foram mapeados (internos e externos) e classificados em 05 categorias, para o comprometimento de todos os agentes envolvidos no processo, conforme abaixo:

- Riscos Estratégicos;
- Riscos Financeiros;
- Riscos Operacionais;
- Riscos Regulamentares; e
- Riscos Ambientais.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta, elencados no item 4.3 do Formulário de Referência, são:

- ***Risco de Preços e Commodities***

Refere-se à exposição às variações de preços dos produtos finais, podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende que a exposição deste risco faz parte da natureza do seu negócio.

Para os principais produtos comercializados (ferroligas e minério de cromo), não há no momento, mecanismos ou instrumentos financeiros para a mitigação deste risco.

No caso dos contratos de fornecimento de longo prazo a recomendação é avaliar possíveis prefixações de preços frente às condições de negociação e estratégia da Companhia.

Contratações de mecanismos ou instrumentos financeiros de mitigação do risco de preços que venham a ser desenvolvidos devem ser apresentados à Diretoria Executiva e submetidos à apreciação do Conselho de Administração.

- ***Risco Cambial***

O risco cambial ocorre quando há o descasamento entre a moeda funcional (Real), base para os dividendos, o faturamento das ferroligas e uma pequena parcela dos custos de produção, ambos atrelados à variação de moeda estrangeira (dólar americano).

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (NDF e travas de exportação), considera-se que o impacto de uma desvalorização do Real sobre estes instrumentos precisa ser avaliado em conjunto e, conseqüentemente, as mudanças da taxa de câmbio implicarão

em oscilações tanto nas NDFs e travas de exportação, quanto no Faturamento indexado ao Dólar. Portanto, esta análise deverá acontecer sempre de forma integrada.

A Política de Gestão de Risco – Gestão Financeira da Companhia prevê um programa de hedge para o risco cambial proveniente de parte de seu faturamento, tanto no mercado externo, quanto no mercado interno.

- **Risco de Taxa de Juros**

Parte substancial das obrigações da Companhia é indexada a índices inflacionários pós-fixados (IPCA, IGPM, CDI e TJLP).

Para minimizar os efeitos das flutuações das taxas de juros, a Companhia avalia as expectativas de cenário econômico, buscando as melhores condições para rentabilidade das aplicações financeiras (dentro de uma margem de risco aceitável, conforme definido na Política de Gestão de Risco – Gestão Financeira) e para o custo financeiro do endividamento.

Monitora as taxas de financiamentos incluídas nos prazos de recebimento das vendas concedidos aos clientes e nos prazos de pagamento das compras obtidos dos fornecedores, buscando um equilíbrio entre as taxas.

- **Risco de Crédito**

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contrapartes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

A Companhia limita a alocação das suas aplicações financeiras a cada emissor de letra financeira, debêntures ou títulos ao máximo de 30% do volume das aplicações. Este limite não se aplica para títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.

Nas operações de derivativos, a Companhia trabalha com instituições financeiras de primeira linha. O risco de crédito de clientes é monitorado e não há histórico material de perdas.

- **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez decorre da possibilidade da Companhia não ter recursos financeiros para o cumprimento das suas obrigações, principalmente as de curto prazo.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas financeiras próprias, linhas de crédito para captação de empréstimos julgados apropriados e através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa real e projetados.

- **Risco de Concentração de Receitas**

A Companhia possui concentração de faturamento em alguns clientes e eventuais reduções na demanda destes clientes poderiam causar impactos significativos na capacidade de

geração de caixa da Companhia, porém tem alocação de vendas assegurada, predominantemente com contratos de longo prazo, com clientes sólidos e com histórico de décadas de parceria, e isso reduz o risco de incerteza na alocação de sua produção. Nesse contexto, a Cia. vem mantendo um foco constante em iniciativas para redução nos custos com vistas ao aumento de competitividade internacional, além do aprimoramento de sua estratégia de diversificação no portfólio de clientes, com destaque para o mercado externo.

ii) instrumentos utilizados para proteção

Atualmente, para os riscos identificados, foram definidos os seguintes instrumentos de proteção:

- Política de Gestão de Riscos da Companhia;
- Política de Gestão de Risco – Gestão Financeira;
- Manual de Gestão Integrada de Riscos, contemplando os critérios e premissas de avaliação de riscos e controles internos;
- Utilização de metodologias e ferramentas para o processo de Gestão de Riscos da Companhia;
- Procedimentos para elaboração e monitoramento de planos de remediação para os processos críticos e em andamento para os demais processos;
- Acompanhamento contínuo das contingências e legislações aplicáveis às atividades da Companhia (Mineração, Ambiental, Fiscal, Contábil, Energia, etc);
- Ferramentas e controles para manutenção da segurança da informação;
- Canais de comunicação com o Comitê de Conduta;
- Contratação de seguros.

iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de governança em riscos da Companhia e as suas respectivas responsabilidades são, dentre outras, como segue:

(a) Conselho de Administração

- Estabelecer as diretrizes gerais de riscos alinhadas ao contexto do negócio e objetivos estratégicos da Companhia;
- Revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de gestão de riscos, com base nas recomendações do Comitê de Auditoria.

(b) Comitê de Auditoria

- Validar, recomendar e acompanhar junto ao Conselho de Administração assuntos relacionados à estrutura e gestão de riscos, visando assegurar o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações;
- Validar documentos tais como: Política de Gestão de Riscos, Manual de Gestão de Riscos;

- Avaliar e recomendar os planos de trabalho anuais das áreas de Gestão de Riscos e Compliance e da Auditoria Interna ao Conselho de Administração;
- Acompanhar os Indicadores de Riscos;
- Avaliar os relatórios e resultados, bem como a criticidade dos riscos classificados pela gestão, em linha com o apetite ao risco da Companhia;
- Prover os direcionamentos necessários para execução das atividades.

(c) Diretor Presidente e Diretoria Executiva

- Manter a matriz de riscos adequada e eficiente, com a validação e priorização dos riscos de negócio e suas respectivas mitigações;
- Acompanhar as diretrizes traçadas para a gestão de riscos, reportando ao Comitê de Auditoria os riscos relevantes que afetem o grau de exposição da Companhia;
- Difundir na Companhia o conhecimento e a compreensão sobre as diretrizes do gerenciamento de riscos e medidas necessárias à mitigação

(d) Área de Gestão de Riscos e Compliance (GRC)

- Apoiar os gestores na identificação e avaliação de criticidade de riscos e respectivos controles mitigatórios, visando ao gerenciamento do grau de exposição aos riscos a um nível aceitável, conforme apetite ao risco definido pela Alta Administração;
- Avaliar a adequação dos controles, conforme planos de trabalho anualmente aprovado pelo Conselho de Administração;
- Apresentar recomendações para minimizar riscos através do aprimoramento das estruturas de controle existentes, visando a redução do nível de exposição aos riscos;
- Monitorar a implementação dos planos de ação executados e gerenciados pelos gestores;
- Reportar ao Comitê de Auditoria a ocorrência de não conformidades, falhas, desvios, irregularidades e/ou ilegalidades observadas.

(e) Auditoria Interna:

- Avaliar e examinar de forma independente os sistemas de controles e gerenciamento de riscos;
- Apoiar o Comitê de Conduta na apuração de denúncias;
- Reportar ao Comitê de Auditoria a ocorrência de não conformidades, falhas, desvios, irregularidades e/ou ilegalidades observadas.

(f) Gestores das áreas de negócio:

Como responsáveis primários pela gestão de riscos, os gestores das diversas áreas de negócio da Companhia devem atuar ativamente neste processo e:

- Mapear previamente e monitorar os riscos, direta ou indiretamente, envolvidos nas operações sob sua gestão;

- Executar as atividades e decisões, em linha com as premissas desta política ou outras diretrizes da Companhia, de forma a minimizar a exposição da Companhia a riscos;
- Reportar periodicamente à GRC e/ou ao Comitê de Auditoria, os riscos e eventos relevantes que afetem o grau de exposição e tolerância ao risco da Companhia;
- Implementar planos de ação e monitoramento dos riscos, direta ou indiretamente, envolvidos nas operações sob sua gestão, de acordo com as deliberações tomadas em conjunto com a GRC, Auditoria Interna, Comitê de Auditoria ou Alta Administração.

Esta estrutura permite a melhor sinergia entre a Alta Administração e as diversas áreas de negócio, de forma a possibilitar o adequado monitoramento dos riscos associados às operações da Companhia.

c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia busca continuamente aperfeiçoar sua estrutura operacional e de controles internos, de forma a verificar a efetividade da política adotada. Conforme matriz de responsabilidades, o processo de Gestão de Riscos está compartilhado entre os seguintes agentes:

- Gestores das áreas de negócio;
- Diretoria Corporativa;
- Área de Gestão de Riscos e *Compliance*;
- Auditoria Interna;
- Comitê de Auditoria;
- Conselho de Administração.

Esta segregação de funções e/ou monitorização das atividades entre os agentes permite à Companhia identificar os potenciais conflitos de interesse, minimização de riscos para limites dentro do apetite ao risco definido pela Alta Administração da Companhia.

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia avaliou a eficácia dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras com a aplicação de metodologia de mapeamento de processos, identificação dos riscos e testes dos controles mitigatórios.

A Companhia possui órgãos de governança corporativa para gerenciar os riscos relacionados às demonstrações financeiras, entre eles Comitê de Auditoria, Auditoria Interna, e Gestão de Riscos e Compliance, além do Conselho Fiscal.

A Administração considera que os controles internos adotados na elaboração de suas demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a qualidade e confiabilidade das informações financeiras e respectivas divulgações, não tendo sido detectadas fraquezas materiais nos controles avaliados.

Adicionalmente, os auditores independentes da Companhia não identificaram distorções relevantes na elaboração das demonstrações contábeis.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A avaliação dos controles internos relacionados à elaboração de demonstrações financeiras é reportada para o Comitê de Auditoria, que é o órgão vinculado diretamente ao Conselho de Administração, cujas responsabilidades principais são:

- Zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras;
- Supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras;
- Avaliar os procedimentos adotados para o cumprimento das exigências legais e regulamentares;
- Avaliar a atuação e qualidade dos trabalhos de auditoria, bem como as questões de independência dos auditores independentes e da Auditoria Interna; e
- Analisar a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e emitir as recomendações pertinentes, conforme aplicável.

As avaliações do Comitê de Auditoria baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da Auditoria Interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos, bem como nas próprias análises e nos resultados de reuniões com Executivos.

c) se, e como, a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O resultado dos trabalhos do plano de controles internos previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Todas as

deficiências são reportadas às respectivas Diretorias, possuem plano de ação, responsável e prazo. O acompanhamento da execução pela gestão responsável é realizado pelas áreas de Gestão de Riscos e Compliance e Auditoria Interna.

Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada ao Comitê de Auditoria, tempestivamente pela área de Gestão de Riscos e Compliance e Auditoria Interna para adoção das ações corretivas, em linha com as melhores práticas de controles internos.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor, pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM, que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não houve comentários sobre deficiências significativas, nem recomendações significativas que pudessem impactar a avaliação da Administração da Companhia em relação à eficácia dos controles internos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, com base no relatório do auditor independente (PWC – PricewaterhouseCoopers).

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado, preparado pelo auditor independente, e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme indicado acima, não foram detectadas deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia pelo auditor independente.

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui, regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

O Código de Conduta é o principal documento do Programa de Integridade e define o modo como a Companhia se relaciona com seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade e as demais partes envolvidas e/ou interessadas no seu negócio, e o que a Companhia espera de cada um dos seus colaboradores, independente do cargo ou função desempenhada.

A Companhia tem como Princípios Fundamentais, descritos em seu Código de Conduta:

- Integridade – não são tolerados:
 - Atos de corrupção, extorsão, suborno e ilegalidade;
 - Desrespeito aos direitos humanos;
 - Discriminação ou preconceito;
 - Assédio moral, assédio sexual, pressões, intimidações ou ameaças;
 - Trabalho forçado ou infantil.

- Transparência

Temas complementares, tratados no Código de Conduta, podem ser citados:

- Saúde, Segurança e Meio Ambiente;
- Conflitos de Interesses;
- Informações Privilegiadas;
- Confidencialidade;
- Presentes e Brindes;
- Ativos da Companhia.

Complementarão as diretrizes previstas no Código de Conduta, a Política Anticorrupção e a Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, atualmente em elaboração com previsão de finalização até 31/12/2025.

O Comitê de Conduta atua na apuração, avaliação e investigação das denúncias de violação do Código de Conduta e recomenda as medidas cabíveis, e a Área de Gestão de Riscos e Compliance e Auditoria Interna é responsável pela atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles, baseado nos conceitos de risco de negócio.

ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O **Comitê de Conduta** tem suas ações normatizadas em Regimento Interno, sendo constituído por 05 (cinco) membros indicados pela Diretoria Executiva e homologados pelo Comitê de Auditoria.

São atribuições do Comitê de Conduta em relação ao Código de Conduta:

- Recepcionar os relatos relacionados;
- Apurar e julgar os casos de violação e recomendar as medidas cabíveis;
- Zelar pelo cumprimento;
- Assegurar confidencialidade;
- Orientar e aconselhar sobre ética e conduta, respondendo às consultas;
- Promover divulgação para o público interno e externo, inclusive terceirizados;
- Coordenar os trabalhos de atualização.

O Comitê de Conduta e a Área de Gestão de Riscos e Compliance e Auditoria Interna atuam de forma colaborativa e reportam seus resultados ao Comitê de Auditoria.

O encaminhamento de comunicações relativas ao Código de Conduta (sugestões, dúvidas, denúncias etc.) pode ser feito livremente, por qualquer pessoa (interna ou externa), através do e-mail comiteconduta@ferbasa.com.br ou pelo telefone (71) 3404-3199, ficando assegurada a confidencialidade/sigilo da identidade do autor da comunicação.

A aplicação do Código de Conduta cabe aos diretores e colaboradores, que devem zelar pelo seu cumprimento no ambiente de negócios da Companhia. Ao Comitê de Conduta cabe julgar os casos de violação de maior gravidade desse Código e recomendar as medidas cabíveis.

A gestão de consequências se dá através do cumprimento da Norma de Medidas Disciplinares.

iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- ***se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados***

O Código de Conduta se aplica a toda Companhia e reúne as diretrizes que devem permear a conduta e procedimentos cotidianos, além de refletir a visão da Companhia na relação às partes interessadas: clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, sindicatos e comissões, comunidade em geral, e poder público.

- ***se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema***

Todos os colaboradores são treinados em relação ao Código de Conduta, na admissão.

O Comitê de Conduta é responsável pela divulgação do Código no âmbito geral da Companhia, Coligadas e para os prestadores de serviço, e a executa através de apresentações e treinamentos de reciclagem.

A Companhia mantém recorrente campanha de comunicação e divulgação de aspectos relevantes do Código e de seus canais de denúncia, através de seus canais de comunicação.

- ***as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas***

A Companhia envida esforços significativos para prevenir condutas que não estejam de acordo com o Código de Conduta.

A infração expõe o colaborador e/ou terceiro envolvido a medidas disciplinares administrativas, previstas em diretrizes internas e na Legislação Trabalhista (no caso de vínculo empregatício), execução de cláusulas contratuais sancionadoras (no caso de terceiros contratados), bem como a implicações legais no âmbito civil e penal. Caso seja necessário, a Companhia poderá relatar a conduta indevida às autoridades competentes.

Se enquadram na Norma de Medidas Disciplinares situações como as listadas abaixo, entre outras:

- Agravado ao Código de Conduta;
- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
- Assédio moral.

As medidas disciplinares previstas incluem:

- Advertência verbal;
- Advertência por escrito;
- Suspensão ou ainda;
- Demissão sem justa causa ou por justa causa.
- ***órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

Em 17 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o Código de Conduta para a Companhia. O Código está disponível na intranet para todos os colaboradores, bem como no site oficial da Companhia:

<https://www.ferbasa.com.br/institucional/codigo-de-conduta/>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui um canal de denúncias, conforme disposto em seu Código de Conduta.

- ***se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros***

O canal de denúncias da Companhia é administrado internamente, de forma independente, pelo Comitê de Conduta, que atua na recepção e triagem, apuração, avaliação, direcionamento para investigação das denúncias e recomendação de medidas cabíveis.

- ***se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados***

O canal de denúncias da Companhia está disponível para denúncias internas e externas e pode ser acessado através do e-mail comiteconduta@ferbasa.com.br ou pelo telefone (71) 3404-3199.

- ***se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa fé***

Os colaboradores podem ou não se identificar na abertura da denúncia. É assegurada que a identidade do autor de qualquer denúncia será preservada, bem como não serão toleradas retaliações ou punições contra os colaboradores ou terceiros denunciante.

- ***órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias***

O canal de denúncias da Companhia é administrado internamente pelo Comitê de Conduta, que atua na apuração, avaliação, investigação das denúncias e recomendação de medidas cabíveis, com posterior reporte ao Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

Capítulo 4.1 (Fatores de Riscos Relevantes):

- Inclusão de novos fatores de riscos
 - a.14) Dificuldades na implementação de projetos de investimento, podem afetar o crescimento ou competitividade da Companhia.
 - a.1) A volatilidade da taxa de câmbio, principalmente em relação ao dólar americano, pode afetar a condição financeira e os resultados da Companhia.
- Inclusão de “invasão de terras” e “inundações” no fator de risco a seguir:
 - a.2) Problemas operacionais, falhas ou indisponibilidade de determinados ativos e sinistros em equipamentos críticos, problemas geotécnicos, invasão de terras, inundações, podem afetar negativa e significativamente os negócios e o desempenho financeiro da Companhia.
- Ênfase de preços ao fator de risco descrito a seguir:
 - g.1) Cenários econômicos e comerciais podem afetar adversamente a demanda e os preços dos produtos da Companhia, impactando seu crescimento e rentabilidade.
- Inclusão de “salvaguarda” europeia no fator de risco a seguir:
 - i.2) As medidas protecionistas antidumping do governo norte americano ao FeSi brasileiro e a salvaguarda europeia ao FeSi global poderiam gerar perdas financeiras para a Cia., em decorrência de sobretaxação de exportações ou estabelecimento de quotas.

Capítulo 4.2 (Top 5 Riscos):

- Acréscimo, entre os 5 principais riscos:
 - a.1) A volatilidade da taxa de câmbio, principalmente em relação ao dólar americano, pode afetar a condição financeira e os resultados da Companhia.
 - i.1) Alterações significativas nas condições regulatórias, políticas, econômicas e sociais nos países onde a Companhia mantém relação comercial podem causar um impacto negativo em seus negócios.
- Exclusão para priorização dos riscos acima:
 - e.1) As atividades operacionais da Companhia dependem do fornecimento de produtos e serviços de terceiros. A indisponibilidade de fornecimento poderia gerar rupturas e impactar a capacidade de produção da Companhia, podendo afetar entregas programadas aos clientes, o resultado operacional e desempenho financeiro dos negócios.
 - f.1) Concentração de receita em poucos clientes. Eventuais riscos de liquidez associados com esses clientes, com eventual inadimplência ou à redução na demanda de ferroligas podem afetar de maneira adversa as receitas, consequentemente a capacidade de geração de caixa e os resultados operacionais da Companhia.

Capítulo 5.1 (Política de Gerenciamento de Riscos):

- Adequação com substituição do risco “Equilíbrio Financeiro” (indicador interno) por “Concentração de Receitas” (risco).

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.